

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**Memórias da experiência de recenseadora: o que as escolas precisam  
considerar sobre a vida de uma população periférica**

Lucilene Rodrigues de Carvalho

PORTO ALEGRE  
2024

Lucilene Rodrigues de Carvalho

**Memórias da experiência de recenseadora: o que as escolas precisam considerar sobre a vida de uma população periférica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Russel Teresinha Dutra da Rosa

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2024.

## CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues de Carvalho, Lucilene

Memórias da experiência de recenseadora: o que as escolas precisam considerar sobre a vida de uma população periférica / Lucilene Rodrigues de Carvalho.

-- 2024.

70 f.

Orientadora: Russel Teresinha Dutra da Rosa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências, Licenciatura em Ciências Biológicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Pesquisa Narrativa. 2. Educação Popular. 3. Desinformação. 4. Educação. 5. Censo IBGE. I. Dutra da Rosa, Russel Teresinha, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lucilene Rodrigues de Carvalho

**Memórias da experiência de recenseadora: o que as escolas precisam considerar sobre a vida de uma população periférica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul.

Aprovado em 31 de janeiro de 2024.

---

Profa. Dra. Russel Teresinha Dutra da Rosa - Orientadora (Faculdade de Educação)

---

Profa. Dra. Maria Cecília de Chiara Moço (Instituto de Biociências)

---

Profa. Dra. Marilisa Bialvo Hoffmann (Faculdade de Educação)

## RESUMO

Este trabalho aborda o acolhimento, mas também a indiferença e repulsa a uma trabalhadora do IBGE que realizou o Censo 2022, em uma época em que a polarização política estava muito acentuada e a desinformação foi usada como jogo político para confundir e manipular a população. Os relatos, análises e reflexões buscam alternativas para as futuras gerações, considerando como a escola poderia acolher melhor crianças e jovens de baixa renda e como ela também pode ajudar no trabalho de conscientização quanto à importância de receber os próximos Censos e recenseadores. Trata-se de uma pesquisa narrativa que se interroga sobre a experiência vivida como recenseadora, um trabalho importante, que visa produzir dados estatísticos sobre a população brasileira, mas que foi realizado com suporte insuficiente. A questão orientadora da pesquisa é: O que da realidade social, pensada a partir da experiência como recenseadora, a escola precisaria saber para melhor acolher os estudantes? E o principal objetivo foi analisar e refletir sobre algumas lembranças do trabalho de recenseadora, buscando atribuir sentido para o testemunho de situações de vida muito precárias. As histórias narradas podem contribuir para o planejamento do trabalho escolar. Esta monografia aborda a precariedade de condições de vida intensificada pela pandemia e descaso do poder público. Trata dos efeitos da desinformação sobre o Censo de 2022, resultado da manipulação política de informações nas redes sociais. Sinaliza que a população mais carente e com menos instrução pode tomar como verdade, a desinformação que circula intencionalmente. A pesquisa também produz reflexões sobre as dificuldades enfrentadas por famílias providas apenas por mulheres sem rede de apoio do estado ou de familiares, com baixa escolarização e que realiza trabalho com contratos precários, sem direitos e também sem tempo para acompanhar a vida escolar de seus filhos. A pesquisa ainda evidencia as dificuldades da população em relação à pergunta sobre autodeclaração étnico-racial em um contexto de desigualdades socioeconômicas mantidas pelo racismo. Aborda o pouco apoio e a desvalorização dos profissionais que executam políticas públicas, como recenseadores que atuam na linha de frente junto à população. Por fim, realiza recomendações para o trabalho escolar de acolhimento aos estudantes e de explicação sobre a importância e os objetivos do Censo pensando que no próximo recenseamento o trabalho possa ser realizado em um ambiente menos hostil e de maior colaboração.

**Palavras-chave:** Pesquisa narrativa, Censo demográfico, Realidades de estudantes de escolas públicas, periferia urbana.

## ABSTRACT

This work addresses both the reception and the indifference and repulsion towards an IBGE worker who conducted the 2022 Census, at a time when political polarization was very pronounced and misinformation was used as a political tool to confuse and manipulate the population. The accounts, analyses, and reflections seek alternatives for future generations, considering how schools could better welcome children and young people from low-income backgrounds and how they can also help raise awareness about the importance of participating in future Censuses and supporting census takers. It is a narrative research that questions the lived experience as a census taker, an important job aimed at producing statistical data about the Brazilian population but was carried out with insufficient support. The guiding question of the research is: What aspects of social reality, viewed from the experience as a census taker, does the school need to know in order to better support its students? The main objective was to analyze and reflect on some memories of the census-taking job, seeking to make sense of testimonies of very precarious life situations. The stories told may contribute to schoolwork planning. This monograph addresses the precarious living conditions exacerbated by the pandemic and government neglect. It deals with the effects of misinformation about the 2022 Census, a result of political manipulation of information on social media. It indicates that the most deprived and least educated population may take intentionally circulated misinformation as truth. The research also reflects on the difficulties faced by families solely led by women without support networks from the state or relatives, with low levels of education, and engaged in precarious contractual work, without rights and also without time to support their children's school life. The research also highlights the difficulties faced by the population regarding self-declaration of ethnic-racial identity in a context of socioeconomic inequalities perpetuated by racism. It addresses the lack of support and devaluation of professionals implementing public policies, such as census takers who work on the front lines with the population. Finally, it makes recommendations for school-based initiatives to support students and to explain the importance and objectives of the Census, hoping that in the next census, the work can be carried out in a less hostile and more collaborative environment.

**Keywords:** Narrative research, Demographic census, Realities of public school students, Urban periphery.

## DEDICATORIA

Dedicado a minha mãe, que tudo transforma em conto, e como uma boa contadora de histórias, sempre via o melhor e o pior das situações, com um olhar atento, crítico e belo para natureza da vida.

A minha família que tanto amo, perdoem a falta e a ausência, obrigada pela confiança depositada em mim, pelo conforto, segurança, e alegria que sempre me proporcionaram, espero recompensá-los.

## **AGRADECIMENTO**

À minha querida orientadora Russel Teresinha, uma gigante que transforma a vida das pessoas com seu encorajamento e sensibilidade, exemplo de ser humano, obrigada pela valiosa contribuição, orientação, generosidade, disponibilidade, e todo o carinho que teve comigo para a construção deste TCC, a qual compartilho apenas vitórias. Muito obrigada!

A meu querido filho que é a luz dos meus dias, meu sopro de vida, obrigada por você existir e ser minha mola propulsora.

A meus amigos de curso que fizeram esta jornada ser mais leve e alegre, vou guardar cada uma e cada um no meu coração.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
2.1 Contextualização: objetivo do Censo	12
2.2 Objetivo do Projeto de Pesquisa	14
2.3 Questão orientadora e hipóteses	15
2.4 Justificativa para o estudo considerando a localidade das vivências	15
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>16</b>
3.1 Pesquisa Narrativa	17
3.2 Educação Popular a partir de Paulo Freire	19
3.3 Desinformação	24
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>32</b>
4.1 - Procedimentos metodológicos da pesquisa narrativa	32
<b>5 RESULTADOS</b>	<b>34</b>
5.1 Estratégia desenvolvida a partir da experiência de contato com as pessoas para entrevistas do Censo	34
5.2 Desinformação na internet e dificuldades no trabalho de recenseadora	37
5.2.1 Por que tem essa pergunta sobre o acesso à água no Censo?	43
5.2.2 Algumas pessoas não gostam de falar, refletir sobre sua cor	45
5.3 Vida precária	50
5.3.1 A responsabilidade doméstica dos Irmãos mais velhos	51
5.4 Pergunta respondida sem recusa: os falecidos da Pandemia de Covid-19	54
5.4.1 Avós como arrimos da família	54
5.4.2 Luto - As mortes da pandemia	56
5.4.3 Luto - Quem fica é quem mais sofre	58
5.4.4 Luto - Os órfãos da pandemia	58
<b>6 ANÁLISES</b>	<b>61</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>65</b>
<b>8 REFERÊNCIAS</b>	<b>67</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Quando eu cheguei em Porto Alegre, fazia pouco mais de dois anos que eu estava casada. Eu tinha 27 anos e me mudei de São Paulo para o Rio Grande do Sul, porque meu esposo tinha recebido uma proposta de trabalho para coordenar uma equipe de reguladores de sinistro para diversas seguradoras. Eu gostei muito da cidade. Logo que cheguei, percebi que aqui, mesmo sendo uma cidade desenvolvida tanto quanto São Paulo, tinha menos trânsito e menos gente. Minha esperança era que aqui fosse menos agitado, com mais cara de interior. Eu sempre quis sair das grandes metrópoles. Eu conhecia o Rio de Janeiro, algumas cidades de Minas Gerais, o litoral de São Paulo e nunca gostei muito dessa cidade, mas ainda não consegui ir morar em nenhum lugar menor que a cidade da região metropolitana de Porto Alegre onde moro atualmente.

Após alguns anos trabalhando como microempresária na área de regulação de sinistro, comecei a me decepcionar com o trabalho para as seguradoras por vários motivos, e chegou um ponto em que eu queria mudar de área e fazer algo a mais, algo que me desafiasse. Eu odeio monotonia em qualquer coisa que eu faço. Chego a mudar de caminho só pra não ter que passar pelo mesmo local todas as vezes, a não ser que aquele local tenha verde, árvores, um pezinho de flor. Ai eu gosto de passar sempre, então, passando por reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade e na família, resolvi fazer uma coisa para mim mesma e resolvi voltar a estudar aos 35 anos.

Quanto à época da escolha do curso de Ciências Biológicas, veio à minha lembrança a menina que gostava de passar férias na casa da tia em Minas Gerais, gostava de atravessar o pasto, subir nos morros e descer correndo. Eu quase matava minha tia de susto com os tombos que eu levava, mas uma coisa me intrigava desde os sete anos, porque Minas Gerais, apesar de tanto espaço, tanto pasto, não tinha uma floresta, porque os morros eram pelados, porque a natureza não reagia à ação dos bois que pastavam e deitavam na grama. Eu não entendia e queria entender, veio em mim muitas lembranças de perguntas que, quando criança, as pessoas não conseguiam me responder; uma delas era se a energia elétrica era guardada numa caixa para ser usada à noite. Até agora, eu não sei se energia elétrica pode ser armazenada, eu sei que pode ser produzida e distribuída, guardada, ainda não consegui responder a mim mesma. Mas a lembrança mais profunda foi de quando eu era uma menina que queria plantar árvores, queria ver os morros de Minas todos cobertos por árvores, queria que as praças e as ruas de São Paulo fossem mais arborizadas com mais sombra para poder caminhar. Por isso, escolhi o curso de Ciências Biológicas e, aos 38 anos, consegui passar na UFRGS, depois de três anos de cursinho pré-vestibular. E, junto com a notícia da entrada na faculdade, veio a notícia de uma gravidez, também muito esperada e desejada. Eu tinha passado por uma doença grave, que poderia me deixar infértil para o resto da vida e, quando tudo vem numa vez, a gente se pergunta porque Deus faz essas coisas, numa ordem em que a gente não espera. Mas, agora eu sei porque, ele não queria que eu desistisse, queria que eu servisse de exemplo para meu enteado, para meu filho, para minha comunidade, talvez quisesse que eu fosse igual a minha mãe, dona Noêmia, que nasceu no nordeste, estado do Piauí, no médio Parnaíba, no vilarejo de Palmeirais. Depois de algum tempo, minha mãe se mudou para a

cidade de Parnaíba, na divisa com os Lençóis Maranhenses, local de dunas e rios, e viveu lá até os dez anos, onde teve uma infância muito rica de natureza e travessuras. Na juventude se mudou para São Paulo. Era ainda uma menina quando se casou, tinha apenas 16 anos, aos 21 anos já tinha seus quatro filhos, e ela conta que, se pudesse, teria tido mais dois, mas, graças ao bom Deus que lhe deu um pouco de juízo, parou no quarto filho. Essa pessoa me ensinou a amar a vida e a natureza, ela, sempre curiosa, a perguntadeira, sempre viu a vida com poesia, achando lindas todas as paisagens onde quer que seus olhos repousem. Quando eu era criança, com uns dez anos, ela voltou a estudar e isso foi um exemplo para os filhos de perseverança, garra e muita coragem, antes, ela só perguntava, agora, ela respondia fazendo outra pergunta, então, a gente tinha que estudar pra responder melhor que ela. Eu nunca consegui. Ela sabe mais que todos, tem uma leitura dinâmica, e é a mais esperta de sua família, sem dúvida.

Pensando em meus pais, não há no mundo duas pessoas que não poderiam ser mais diferentes na vida, minha mãe alegre e risonha com tudo, que chega a dar raiva. Meu pai era o primogênito de uma família sofrida pelo trabalho duro na lavoura de café, morou até os 20 anos, em São José do Rio Preto, na Vila de Ubarana, interior de São Paulo, onde o rio Tietê volta a ficar limpo. Era mais formal, mais sisudo, mais cara de militar. Mas eles tinham algo em comum, eles gostavam de viver ao ar livre. Meu pai, seu José ou Rodrigues para os irmãos, porque minha avó, para não perder o sobrenome da família italiana, a qual ela pertencia, exigiu do meu avô que colocasse o sobrenome diferente no meu tio Sebastião, que tem o sobrenome de Crivelin. A minha família é uma bagunça, não tem tamanho, e as mulheres sempre foram muito fortes. Mas voltando ao meu pai, ele estudou o que hoje é considerado o segundo grau, entendia italiano e um pouco de francês, pois trabalhava no Brás, onde era amigo de muitas pessoas, na época, a região era tomada pelas colônias italiana, espanhola e também por franceses. Ele conseguiu fazer um curso no Senai e se tornou um ótimo mecânico/eletricista, era, pois já é falecido, amante dos pássaros, sabia o nome de todos os pássaros aonde quer que estivesse, era só ouvir um cantar perto dele que ele sabia o nome do dito. Eu sempre desconfiei disso, pois, poucas vezes enxergava o pássaro que cantava. Nos finais de semana, levava a mulher e os quatro filhos em um fusca 1970, branco, sem cinto de segurança e sem juízo, para pescar ou acampar e passar a noite. Ele gostava da natureza ou pelo menos de estar perto. Minha casa sempre teve pato, marreco, galinha e coelho, mesmo numa cidade grande, feito São Paulo. Agora, vejo que eu não poderia ter seguido caminho diferente, eles adoravam a natureza, ensinaram os filhos a amar e a respeitar as coisas vivas, mas eu fui a privilegiada que guardei com ternura as loucuragens. Eu sou quem topa ir acampar em qualquer lugar, que adora chuva, a única dos irmãos que prefere andar de bicicleta ao estar de carro, a que vive fazendo horta em casa, mesmo que morra tudo por causa do calor, e detesta estar trancada dentro de um escritório, fui eu a que mais se distanciou dos grandes centros, assim como meu pai que tinha um sonho de voltar à vida no campo. E eu ainda tenho um sonho, o de preservar e restaurar os grandes centros urbanos, ou, pelo menos, ensinar às novas gerações, a necessidade de se ter áreas verdes e a preservar a natureza.

Após ter concorrido a vagas de dois concursos públicos, no mesmo ano, e não ter passado, surgiu a oportunidade de concorrer ao processo seletivo para trabalhar no Censo, como recenseadora, era uma oportunidade muito boa, pois poderia conciliar com a faculdade e a criação do filho, porque o trabalho seria realizado na cidade onde moro. Sempre gostei de investigação e o trabalho do Censo me proporcionou isso, quando saía na

rua para trabalhar, sempre fui com um olhar atento ao que as pessoas estavam falando e vivendo. Sempre gostei mais de, primeiro, ouvir e, depois, dizer alguma coisa.

Este trabalho tem histórias que são contadas, logo após a pandemia, onde todas as consequências das perdas, estavam muito presentes na população e a minha preocupação como estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas que começava a refletir e perceber como a vida da população mais pobre estava ficando mais difícil. Comecei a me preocupar com os jovens da região, principalmente os que perderam alguns familiares, ou que, por causa das condições de existência que se tornaram mais precárias, tomaram para si responsabilidades que foram impostas pela vida. Na época, além de atuar como recenseadora eu estava fazendo os estágios de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, percebendo que as crianças e os jovens estavam tendo um rendimento escolar muito abaixo do esperado, mesmo antes de sair qualquer informação na mídia em relação a isso, eu já refletia sobre esta consequência que a pandemia instalou na população estudantil.

Minha percepção deste fato ficou mais acentuada ao começar a trabalhar como recenseadora do IBGE, quando consegui verificar as realidades de alguns alunos que conhecia por conta do estágio nas escolas deles. E minha primeira missão foi pensar em como a escola poderia acolher estes alunos que sofreram perdas ou que têm responsabilidades maiores que sua idade. Mas também apresento outros relatos que fazem refletir sobre o papel da escola e como ela poderia trabalhar para formar alunos mais críticos e preparados para perceber a desinformação e a manipulação nas mídias. E, como tive muita dificuldade em ser recebida para as entrevistas do Censo, penso na escola como uma potencial fonte de auxílio na informação e sensibilização da população quanto à importância do trabalho estatístico do IBGE e principalmente em tornar os próximos Censos um trabalho mais fácil de ser realizado.

## **2 INTRODUÇÃO**

O censo demográfico é mais que uma contagem da população, é uma oportunidade para que os governantes vejam as reais necessidades dessa população e também o crescimento de cada região, por isso, as informações que o censo fornece são essenciais para a definição de políticas públicas e para a tomada de decisões de investimento. O recolhimento dos dados serve para calcular a distribuição de recursos federais para os estados e municípios, bem como para definir a representação política dos estados nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no congresso nacional.

Como recenseadora eu pude constatar de perto que o Brasil tem realidades muito desiguais, e que o estado e as leis não chegam de forma igualitária para a maior parte da população. Ainda se tem muito a fazer pela cidadania da população, pelos direitos sociais e a dignidade humana, deve-se promover ainda mais a inclusão social e o desenvolvimento econômico e social do país.

Como professora em formação, esta experiência me enriqueceu como ser humano, uma vez que me compadecei das várias histórias da população que sofre sem ter o amparo do Estado e que é levada, pelas dificuldades que enfrenta, a fazer escolhas duvidosas para

a vida, por causa da mídia consumista e da desinformação instalada em todos os meios de comunicação.

Cada linha escrita nesse trabalho foi como uma conversa, um diálogo com uma pessoa imaginária, ora pensava na minha orientadora, ora pensava na minha mãe, a escrita foi minha forma de terapia, muitas vezes, quando escrevia pensava que era um balão que eu estava enchendo e soltando para o mundo para que isso nunca mais me atingisse. Outras vezes, quando leio o texto, algumas lembranças registradas ainda doem, porque tem coisas que demoram mesmo pra sarar, e a vida é um eterno amadurecimento das ideias e das emoções. Talvez eu nunca mais serei capaz de ter compaixão por determinadas pessoas, outras, vou “santificar”, mas, o que eu quero mesmo é ter mais experiências e, quem sabe, poder escrever e analisar, como fizemos neste trabalho, com um olhar atento, com tanta sabedoria, com tanto aprendizado.

Considero que o registro e a análise da experiência como recenseadora revelam a falta de acesso a informações sobre a importância do Censo pela população, as quais poderiam ser trabalhadas nas escolas de Educação Básica, bem como ser divulgadas pelas redes sociais e mídia. O estudo em que estão registradas análises e reflexões sobre a minha experiência de visitas domiciliares e diálogo com distintas pessoas, realizadas como recenseadora, justifica-se por revelar aspectos da realidade social de um município da região metropolitana de Porto Alegre que indicam temas que poderiam ser contemplados pelo currículo escolar. Este é um estudo qualitativo realizado a partir das memórias da experiência de trabalho de visitar as residências de moradores de bairros periféricos. Trata-se de uma pesquisa narrativa que busca registrar histórias de encontros e conversas com moradores desses bairros. O estudo pretende registrar aspectos da realidade que podem afetar o desenvolvimento escolar de crianças, jovens e adultos.

A experiência de visita domiciliar ocorreu pelo trabalho como recenseadora entre os meses de agosto de 2022 e abril de 2023. Neste estudo não serão divulgados dados primários coletados como recenseadora. Trata-se do registro de memórias das experiências, anotações que só foram produzidas depois de finalizado o trabalho e encerrado o contrato como recenseadora. São lembranças que começaram a ser anotadas em um diário a partir do mês de junho de 2023.

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas busca analisar as lembranças do que eu vi e senti como recenseadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também o que considero que a escola precisa saber, para se preparar por meio de planejamento para organizar as suas atividades, para acolher o aluno, levando em conta os motivos socioeconômicos e de saúde que podem estar produzindo desempenho escolar insatisfatório.

## **2.1 Contextualização: objetivo do Censo**

O Censo Demográfico é realizado pelo IBGE que tem como missão “[...] retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

O Censo Demográfico, de acordo com o Manual do Recenseador de 2022, é

[...] a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. Estes dados podem ser utilizados para a definição de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. E também como auxílio para a tomada de decisões na área de investimentos, do setor privado. (Manual do Recenseador, 2022, p 09).

Em 2022, com um atraso de dois anos, foi iniciado o XIII Censo Demográfico, pelo IBGE, buscando informações que permitam realizar o levantamento do perfil da população e das características de seus domicílios. Portanto, o Censo busca descrever estatisticamente quantos somos e como vivemos. (Manual do recenseador, 2022).

De acordo com informações, disponibilizadas pelo IBGE, assim é descrito o objetivo do Censo:

O Censo Demográfico tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. E também constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados. (BRASIL, 2022).

Para a realização do Censo Demográfico são realizadas entrevistas nos domicílios com dois tipos de questionários: Questionários Básico e Questionário Amostral.

O Questionário Básico é simples, com poucas perguntas. “Este é o questionário respondido pela maioria dos responsáveis pelos domicílios. As perguntas buscam informações que possibilitem descrever as características do domicílio e dos seus moradores”. (Manual de entrevista, 2022).

Abaixo, constam as informações obtidas com o Questionário Básico, conforme o Manual de entrevista (2022, p. 06):

- Lista de Moradores na data de referência;
- Características do Domicílio;
- Identificação Étnico-racial;
- Registro civil;
- Educação;
- Trabalho e Rendimento;
- Mortalidade; e
- Prestação das informações.

O segundo questionário é o “Amostral” aplicado automaticamente, de forma aleatória, em poucas residências, dependendo da renda e do tamanho do setor, podendo chegar de 10 a 20% da população. Em áreas com população de menor renda, é maior o percentual de pessoas que respondem ao Questionário Amostral. Este questionário é composto por um número maior de perguntas que visam detalhar as condições do domicílio e dos seus moradores. “Para a seleção do Questionário da Amostra, é utilizada a técnica de amostragem. Com essa técnica, o questionário é designado apenas a uma parte dos

domicílios particulares ocupados e a uma parte das unidades com moradores nos domicílios coletivos (prédios).” (Manual de entrevista, 2022, p. 07).

O Questionário Amostral, por utilizar uma técnica (tipo um sorteio) que garante a aleatoriedade, permite estimar que os resultados sejam válidos para o conjunto da população brasileira. Abaixo, segue o conteúdo do questionário amostral conforme o Manual de Entrevista (2022):

- Lista de Moradores na data de referência;
- Características do Domicílio;
- Identificação Étnico-racial;
- Registro civil;
- Nupcialidade;
- Núcleo familiar;
- Fecundidade;
- Religião ou culto;
- Deficiência;
- Migração interna e internacional;
- Educação;
- Deslocamento para estudo;
- Trabalho e rendimento;
- Deslocamento para trabalho;
- Mortalidade;
- Autismo; e
- Prestação das informações.

A apresentação dos conteúdos dos questionários permite ter uma ideia dos temas abordados com os moradores em cada domicílio visitado. Mas este projeto de pesquisa, não busca abordar todos os temas dos questionários. Esta pesquisa narrativa, feita depois de concluído o trabalho como recenseadora, busca registrar as memórias de uma rica experiência de visitas domiciliares e de encontro com moradores. No período de trabalho, visitei cerca de 1.200 domicílios, mas, aqui, o que se busca é descrever, analisar e refletir sobre as vivências mais marcantes, sendo algumas delas muito dolorosas. Assim, escrever é uma forma de lidar, elaborar e atribuir sentido para lembranças de situações de vida precárias e também para um trabalho muito difícil realizado como recenseadora.

## **2.2 Objetivo do Projeto de Pesquisa**

O principal objetivo deste trabalho é analisar e refletir sobre algumas lembranças do trabalho de recenseadora, buscando atribuir sentido para o testemunho de situações de vida muito precárias.

O objetivo secundário da pesquisa é refletir sobre as condições de trabalho como recenseadora, os aprendizados construídos a partir da experiência e os conhecimentos produzidos por meio da análise e reflexão em uma pesquisa narrativa.

### **2.3 Questão orientadora e hipóteses**

A questão orientadora da pesquisa é: O que da realidade social, pensada a partir da experiência como recenseadora, a escola precisaria saber para melhor acolher os estudantes?

Esta indagação foi guiada pelo seguinte princípio da Educação Popular: O conhecimento das condições de vida dos moradores pelos educadores possibilita a realização de planejamentos de atividades e de organização da rotina escolar que favoreçam o acolhimento aos estudantes e que contribuam para o aprendizado do educando e a sua permanência na instituição.

A pesquisa também foi orientada pelo seguinte propósito: A divulgação da experiência de trabalho dos recenseadores, assim como a discussão da proliferação da desinformação (as *Fake News*) acerca do Censo do IBGE, se houvesse um controle, e uma melhor divulgação poderia contribuir para a produção de resultados estatísticos mais fidedignos.

Esses princípios orientam este trabalho, mas não poderão ser testados com esta pesquisa. Mas considero que a divulgação dos resultados desta pesquisa poderá contribuir para modificar as pessoas que tiverem possibilidade de ler o que está aqui registrado.

Hipóteses que guiaram esta pesquisa:

O registro das memórias como recenseadora, as análises e reflexões possibilitam atribuir sentido a uma experiência difícil e traumática com possibilidade de transformar a pesquisadora. As histórias narradas, as análises e reflexões contribuem para a formação docente.

A leitura do TCC tem o potencial de transformar o modo como os leitores pensam a realidade da periferia, o trabalho do recenseador e também as atribuições da instituição escolar.

### **2.4 Justificativa para o estudo considerando a localidade das vivências**

Pretendo com esta pesquisa sobre a memória das vivências de entrevista com moradores da periferia, em seus domicílios, mostrar que existem crianças e jovens estudantes que têm uma realidade diferente e mais difícil do que a maioria dos alunos. Estou me referindo à situação de extrema pobreza dos moradores de uma área próxima a um valão, um arroio que recebe os dejetos da região. E que estes estudantes desta população merecem um olhar mais atento às suas necessidades para não serem excluídos quando não conseguirem acompanhar o desenvolvimento das propostas escolares. Conhecer algumas situações de vida pode contribuir para entender porque um determinado aluno não está conseguindo acompanhar as atividades das aulas; porque a criança, o jovem ou o adulto estudante não consegue fazer a tarefa de casa; por que parece cansado, por que falta tanto as aulas.

Minha atuação como recenseadora ocorreu em vários bairros de um município da região metropolitana de Porto Alegre, mas, os bairros mais precários são os que ficam

próximos a um extenso valão e à linha de transmissão de energia, onde a maioria das casas são de madeira ou de alvenaria mal acabada, portanto, sem reboco ou quintal. As ruas, nessa localidade, são sem asfalto, enquanto em um outro bairro próximo, as ruas são de asfalto em bom estado. No bairro próximo ao que fica junto ao valão, tem duas escolas de Ensino Fundamental e apenas uma de Educação Básica reunindo Ensino Fundamental e Médio. Há também um posto de saúde, área comercial com mercados, farmácias e outros pequenos comércios. Em outra localidade, também próxima ao valão, nas imediações (lado de cima do bairro), tem prédios do poder público, como foro regional, tribunal do trabalho, câmara de vereadores da cidade, uma faculdade particular, casas em alvenaria bem acabadas, prédios de vários andares, condomínios com prédios pequenos, avenidas com fluxo intenso de carros e transporte público, mercado grande e shopping pequeno na via principal da cidade.

Este é um estudo qualitativo realizado a partir do registro de lembranças de vivências intensas, buscando mostrar que por trás das estimativas estatísticas do IBGE, têm histórias de vida que devem ser levadas em consideração. Nesta pesquisa narrativa também tento discutir os obstáculos e os apoios necessários ao trabalho daqueles que concretizam as políticas públicas, neste caso, a profissional recenseadora. Assim, esta pesquisa narrativa justifica-se por evidenciar alguns aspectos das condições de vida de uma parte da população que vive na periferia e também por mostrar um pouco daquilo que os dados estatísticos não revelam, o trabalho de recenseamento e os desafios dos profissionais que realizam essa importante atividade.

Tal pesquisa justifica-se em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas porque entendo que a análise e a reflexão sobre a experiência de recenseadora podem contribuir para a minha formação como professora, possibilitando que eu atue em prol da Educação Popular.

Meu propósito é sensibilizar o leitor para as duras realidades que os números não mostram, tento mostrar a riqueza da vivência/experiência de pessoas reais que não são apenas números estatísticos do Censo, descrever o desamparo da população, pois são pessoas que vivem onde as políticas públicas, às vezes, não chegam. Mas é importante lembrar que muitas crianças e jovens que vivem essas situações são atendidos em escolas públicas. Portanto, esses escritos foram produzidos pensando o que a escola tem que considerar para suas atividades. São informações importantes para acolher alunos de diferentes níveis de pobreza, mapeando os casos mais vulneráveis, buscando agir sem prejudicar esses estudantes.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido como pesquisa narrativa. Nessa modalidade de pesquisa, inicia-se pelos relatos de experiência, escritos livremente, entendidos como textos de campo. A leitura e o diálogo sobre esses primeiros escritos, possibilita refletir sobre as experiências e buscar interpretá-las de modo a atribuir significados ao relato. Na análise sobre os textos de campo são identificados temas, os quais orientam a revisão bibliográfica. Os textos localizados na revisão bibliográfica

permitem refletir sobre os relatos, construindo significados, transformando, assim, os textos de campo em textos de pesquisa acadêmica.

A primeira leitura dos textos de campo possibilitou identificar situações de vida da população que precisam ser consideradas em propostas de Educação Popular. Também foi observada a necessidade de estudar sobre desinformação, uma vez que as memórias do trabalho de recenseamento foram atravessadas pelas *fake news*. Além disso, busquei bibliografia sobre a pesquisa narrativa, o tipo de pesquisa qualitativa realizada. Assim, a revisão bibliográfica foi sobre os seguintes assuntos: Pesquisa Narrativa (ABRAÃO, 2003; MARIANI, 2011; OLIVEIRA; FABRIS, 2017; RESCHKE, 2021), Educação Popular (FREIRE, 2016) e sobre Desinformação (*fake news*) (BLANCO, 2023. FAGUNDES, 2021; MENDONÇA, 2023, Galvão et al. 2019) também foram consideradas publicações sobre a importância do Censo (PAIVA, 2023). Os princípios da Educação Popular, a partir de Paulo Freire (2016), possibilitam interpretar os relatos produzidos em histórias de encontro com moradores da periferia da região metropolitana, evidenciando a necessidade de trabalho educativo contextualizado. E os estudos sobre desinformação permitem analisar a experiência como recenseadora em um contexto muito difícil, polarizado em período eleitoral, sendo muito difundidas as *fake news* sobre o Censo, causando muita resistência da população em receber recenseadores e em fornecer as informações previstas nos questionários. Por fim, este trabalho aborda a importância do Censo e por isso foram buscados estudos sobre esse assunto.

### 3.1 Pesquisa Narrativa

A pesquisa narrativa é uma modalidade de pesquisa qualitativa que vem sendo usada em processos de formação de professores (OLIVEIRA; FABRIS, 2017). Ela parte da escrita de memórias de experiências; no caso de professores, principalmente experiências de docência. A pesquisa narrativa se realiza também pelo diálogo sobre o relato escrito com um interlocutor ou com um grupo de confiança. O diálogo se faz a partir de uma primeira escrita, o texto de campo, e esse texto é analisado com o propósito de serem identificados sentidos para as experiências e a análise produz a necessidade de reescrita para tornar o texto mais específico e preciso.

A pesquisa narrativa ocorre em um espaço tridimensional por que a narração é sobre o passado, mas ocorre no presente, portanto, quem narra no presente, está vivendo o futuro da vivência relatada. O passado é reconstruído em função do seu futuro que é o presente de quem realiza a narrativa escrita (ABRAÃO, 2003). A pesquisa narrativa considera as

[...] implicações, entrelaçamentos e delimitações. Os termos interação (pessoal e social), continuidade (presente, passado e futuro) e situação (lugar) compõem um espaço tridimensional que caracteriza a pesquisa narrativa, tornando-se um dos elementos-chave no desenvolvimento do método narrativo. (MARIANI, 2011, p. 665).

Essa modalidade de pesquisa é ajustada ao processo de formação de professores porque permite a construção de saberes docentes a partir da experiência de vida e das interações sociais.

Vida é educação e os educadores estão interessados em vidas, vidas que só podem ser expressas narrativamente. Portanto, a pesquisa narrativa se apresenta como uma importante e significativa possibilidade de pesquisa em educação (MARIANI, 2011, p. 663).

A pesquisa narrativa se constrói em um processo fascinante, pois ela aceita a forma mais simples do ser humano se comunicar, a forma dos nossos antepassados transmitirem seus conhecimentos para as novas gerações, ela aceita como fonte para pesquisa a narração, a contação de história, o testemunho de memórias.

Na aceitação de que a (auto)leitura, mesmo partilhada, não constitui uma verdade mais certa do que as outras leituras. Não se trata de uma mera descrição ou arrumação de factos, mas de um esforço de construção (e de reconstrução) dos itinerários passados. É uma história que nos contamos a nós mesmos e aos outros. O que se diz é tão importante como o que fica por dizer. O como se diz revela uma escolha, sem inocências, do que se quer falar e do que se quer calar (ABRAÃO, 2003, p. 86).

E para a maioria das pessoas que, como eu, não tem experiência em escrever textos técnicos, cheios de dados e gráficos, esta é uma forma mais tranquila de escrever. Produzir pesquisa narrativa, e ao poder narrar minha vivência como uma escrita livre, foi como uma alavanca para começar um texto que se transformou em uma monografia, coisa que eu temia, devido a um possível desconhecimento do traquejo acadêmico, mas, usando o precioso recurso de poder narrar minhas memórias foi como um ciclo perfeito. “Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis implicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (ABRAÃO, 2003, p. 81, nota 4).

[...] As narrativas permitem, dependendo do modo como nos são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias de nossos informantes. Nessa perspectiva, Denzin (1984, p.32) nos ensina que "As pessoas comuns universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem". [...] (ABRAÃO, 2003, p. 81).

Não sabemos se será possível analisar todas as histórias narradas nos textos de campo em detalhe e em profundidade. Mas cada texto de campo, cada história narrada tem sentidos e profundidade, mesmo que não seja possível analisá-los a partir de outras leituras. Conforme Abraão (2003) uma análise em detalhe e profundidade pode encontrar sentidos ocultos nesse texto, de modo que a pesquisa narrativa trabalha somente com o texto como produtor de sentido e não com toda a complexidade da história de vida. Assim, os sentidos são construídos a partir do relato escrito a respeito de uma memória que seleciona aspectos da experiência vivida. “Esse ressignificar os fatos narrados nos indica que, ao trabalharmos com memória, o estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o reconstruído por uma memória seletiva, intencional ou não.” (ABRAÃO, 2003, p. 86).

Neste estudo, atribuímos sentido aos relatos escritos a partir de uma experiência pessoal com o Censo de 2022 e as “Histórias de Vida são vistas como indício de um dado momento no tempo passado”, (ABRAÃO, 2003, p. 81)”, e, de certa forma, o Censo de 2022, pode ser lembrado e analisado por muitos estudiosos em vários aspectos como o mais controverso dos últimos tempos. A pesquisa narrativa recupera a memória dos próprios atores sociais e por isso tem uma dimensão ética e política diferente de outras formas de

investigação que valorizam resultados. Aqui, o importante são os sentidos atribuídos à vida social narrada, possibilitando a reelaboração de identidades e de relações sociais, marcadas por diferenças hierarquizadas, como gênero, classe e pertencimento étnico-racial (ABRAÃO, 2003).

A escrita sobre as experiências do passado acontece em retrospectiva, portanto, no momento da escrita, estou reconstruindo o passado. Conforme Abraão (2003) há distintos planos de compreensão de contexto na pesquisa narrativa sobre lembranças do passado: (1) O contexto vivido no passado ao entrevistar a população, em sua realidade social, considerando as formas de acordo e cooperação estabelecidas na relação de entrevista do Censo; (2) o contexto presente da pesquisadora que narra o passado, envolvida pelas relações sociais presentes.

[...] a própria seleção daquilo que incluo na narração obedece a critérios do presente: escolho aquilo que tenha relações com o sistema de referências que me dirige hoje. A (re)construção de meu passado é seletiva: faço-a a partir do presente, pois é este que me aponta o que é importante e o que não é; não descrevo, pois; interpreto (ABRAÃO, 2003, p. 86).

Na pesquisa narrativa o contexto social é muito importante, assim como as vivências pessoais desse contexto. A objetividade das condições concretas de vida da população entrevistada e de quem realiza o trabalho de fazer a entrevista, em condições precárias de segurança e com baixa remuneração, aparecem na narrativa. Mas também são importantes as dimensões subjetivas, o modo como quem relata e interpreta, percebe, sente e atribui significado a essa realidade. “Trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador.” (ABRAÃO, 2003, p 85).

Na pesquisa narrativa se entrelaçam a vida de quem escreve e as vidas de quem foi entrevistado. Ela faz uma reconstrução do encontro de “histórias em movimento” (MARIANI, 2011, p. 665), portanto, ela é relacional, em seus diferentes momentos, desde a entrevista, passando pela produção dos textos de campo, os primeiros registros de memória, até a construção de sentidos para os relatos. E a composição dos textos de campo é difícil, é perpassada por emoções que são reativadas à medida que a escrita puxa os fios das memórias (RESCHKE, 2021) dos encontros. Algumas dessas memórias são dolorosas e também a escrita sobre elas. Todas as vezes em que redigia os textos de campo, tentava colocar no texto a emoção que estava sentindo, às vezes, até com humor. Também tentava construir um texto que tivesse sentido ao leitor. Mas é importante mencionar que escrever sobre experiências de encontro com situações de muito sofrimento foi difícil e também reler esses relatos é difícil porque é uma forma de revivê-los.

### **3.2 Educação Popular a partir de Paulo Freire**

A pesquisa narrativa é feita pela escrita de memórias de experiências vividas e pelo diálogo que possibilita o planejamento da continuidade do texto e a reescrita. É uma prática de pesquisa semelhante à descrita por Paulo Freire, na obra “Pedagogia da Esperança” (2016), quando o autor explica como produziu o livro “Pedagogia do Oprimido” durante o

exílio no Chile. No exílio, ele deu continuidade ao trabalho de Educação Popular com trabalhadores do campo, aproveitando a sua experiência de alfabetização de adultos, desenvolvida no Brasil, antes de ser preso no contexto da ditadura civil-militar. Ele precisou sair do Brasil sob ameaça, contrariado, levando a família para um outro país. Essa foi uma experiência traumática. Nos livros citados, o autor atribui significado e reelabora tanto a experiência de alfabetização, quanto a do exílio.

Paulo Freire tinha um jeito de trabalhar, ele gostava de pegar um texto, discuti-lo com os trabalhadores ou acadêmicos e, assim, em diálogo, ir produzindo, primeiro pela fala, depois pela escrita, os seus livros. E esse processo é muito próximo da pesquisa narrativa. Esse modo de escrever a partir do diálogo faz parte do seu processo de reflexão sobre sua interpretação da realidade social: “[...] na compreensão de minha compreensão e de minha leitura do mundo.” (FREIRE, 2016, p. 74). O diálogo e a escrita fazem parte do processo de reflexão sobre a experiência e de criação teórica na obra de Paulo Freire.

[...] pensar e repensar minhas relações com e no contexto original. Mas se as ideias, as posições a explicitar, a explicar, defender no texto vieram sendo partejadas (parto, de trazer as ideias ao mundo ou escrevê-las, planejando) na ação - reflexão - ação em que nos envolvemos, tocados por lembranças de ocorridos em velhas tramas, o momento de escrever se constitui como um tempo de criação, e de recriação [...] (FREIRE, 2016, p. 74 - 75).

Freire (2016) também refere que em seu processo de escrita da “Pedagogia do Oprimido” contou com a leitura crítica, a revisão e os comentários de sua esposa à época, Elza Freire, além de outros colaboradores do trabalho de Educação Popular, professores e trabalhadores.

[...] o tempo de escrever, é sempre precedido pelo de falar das ideias que serão fixadas no papel, pelo menos foi assim que se deu comigo. Falar delas (memórias) antes de sobre elas escrever, em conversa de amigos, em seminários, e conferências, foi também uma forma de não só testá-las, mas de recriá-las, de reparteja-las, cujas arestas poderiam ser melhor aparadas quando o pensamento ganhasse forma escrita com outra disciplina, com outra sistemática [...] (FREIRE, 2016, p. 75).

Além da forma de escrever de Paulo Freire ter alguma proximidade com a pesquisa narrativa, o conteúdo de sua obra, a Educação Popular, está sendo aqui considerado porque, como recenseadora, percebi que muitas crianças ficam sozinhas em casa, portanto, a escola é o lugar mais importante para as crianças serem ouvidas na perspectiva da Educação Popular. A educação popular tem como ideia central o respeito ao aluno, considerar o seu ponto de vista, mas a educação tem também uma dimensão política, na medida em que possa contribuir para o indivíduo compreender que vive em condições indignas que poderiam ser melhores, mas fracassa por viver em uma sociedade injusta e desigual.

Ler Paulo Freire (2016) é um aprendizado, ele é uma pessoa, um autor que suas emoções transcendem em sua escrita. Não quero fazer comparações com o grande mestre, mas ele fala de uma coisa que, às vezes, pode ser comum a quem escreve: planejar o que vai se escrever, quando ele fala sobre a gestação das ideias, lembrei de mim, quantas vezes me vi acordada no meio da noite planejando o que poderia colocar no papel, qual história

seria melhor, ou analisando o parágrafo escrito no dia anterior, avaliando que ainda não estava bom, não estava claro para quem leria. E se o parágrafo estava confuso até para mim, ele entrava nesse planejamento, para ser consertado, revisado, reescrito. E quando leio as passagens do livro em que o Professor Paulo Freire pegava suas fichas e relia, analisava e “trabalhava suas ideias”, em alguns momentos, eu vejo isso no meu texto, e isso nos aproxima, pois faço isso nos meus relatos. Eu refletia sobre o que estava escrito, e já preparava mentalmente o que iria escrever, tentava lembrar da situação vivida e, assim, pensava, que produzia para que tivesse algum valor.

E, quando chegava na frente do computador, escrevia, repensava, redefinia, corrigia, por isso, quando li uma das passagens do livro, este processo ficou tão claro para mim, “[...] ação - reflexão - ação, tendo o cuidado de explicitar, explicar e defender o texto” (Freire, 2006, p. 74). Eu escrevo como se tivesse conversando com minha orientadora e com o leitor deste texto, seja você quem for e, adoro este estímulo, pois, como professora tento responder perguntas que os colegas e a orientadora me fazem, isso instiga minhas ideias, mesmo que, às vezes, não faça muito sentido no momento da primeira escrita, mas, depois, tento reescrever de novo para que tenha mais sentido, e minha orientadora tem uma conexão com meu pensamento e ela consegue organizar meus pensamentos quando a coisa fica mais confusa. Está sendo assim meu processo de escrever e entender Paulo Freire.

Quando leio o Sr. Freire e me admirando do jeito que ele escreveu suas obras, é como se eu compreendesse sua experiência, no livro “Pedagogia da Esperança”, e me aproximo muito dele, por ser filha de nordestinos e imigrantes, quando criança, sempre estava atenta nas conversas dos adultos que me rodeavam, e por ter uma mãe que, na época, era muito solicitada pela comunidade, pois era auxiliar de enfermagem, e as pessoas sempre vinham na minha casa para ela administrar alguma medicação, sempre respeitei a dor e as histórias de vida daquela população, como diz Paulo Freire, o “saber de experiência feita”. Mas é mais que isso o conhecimento que uma população pode ter, aquela comunidade moradora da São Paulo, também vinda do nordeste, com suas aflições, sempre tinha algo para contar, ou ensinar em seus relatos, ora surpreendentes, ora sóbrios, mostravam o aprendizado construído nas histórias de vida. E, quando Paulo Freire escreve: “[...] que não é possível defender uma prática educativa que se contenta em girar em torno do “senso comum”, também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o “saber de experiência feita”, parta do conhecimento sistemático da(o) educadora(o)” (FREIRE, 2016, p 81).

Vê, é um aprendizado, caro leitor, para nós que somos professores em formação, temos que ter a humildade de aceitar que os alunos têm experiências e saberes, embora, às vezes, a gente olhe aquelas bochechas vermelhas de alegria da correria do recreio e os perceba como “máquinas programadas” para fazer bagunça na sala de aula. Nesses momentos, nos dessensibilizamos para as histórias de vida que eles têm fora dos muros da escola, aflições que devem ser analisadas, sem julgamento prévio. Quando Paulo Freire (2016) fala sobre o “aqui e o agora da educadora”, os quais não são os mesmos do aluno(a), designado como o “lá dos educandos” (p. 81-82), ele está se referindo ao aprendizado que os alunos trazem de suas casas, recomendando que se deve aproveitar seus conhecimentos prévios, valorizá-los. Além disso, alerta para a diferença dos ritmos de

aprendizagem das informações escolares, sendo umas crianças mais rápidas enquanto outras, precisam de mais tempo.

Freire ainda fala sobre uma maneira de se aproximar do educando, do seu jeito de falar, considerar que as pessoas falam usando “linguagens metafóricas”. Ele menciona “a riqueza simbólica de sua fala” (FREIRE 2016, p. 95). Acredito que o autor recomende nessa aproximação o uso de uma linguagem menos rebuscada ou técnica em sala de aula, usar uma fala mais familiar, para se aproximar do aluno, dependendo da idade, durante a Educação Básica. Mas ele é exigente com o seu público leitor, professores e estudantes da Educação Superior, ele demonstra rigor, indicando não ser permissivo com uma leitura superficial de sua obra. Ele refere a necessidade de ler e reler, apoiado na consulta a dicionários e enciclopédias; para compreender Paulo Freire é preciso realizar uma leitura atenta.

Não sei se o Sr. Freire era um guru, ou conhecia muito a vida, mas será que ele sabia que iríamos passar por uma pandemia e que as pessoas iriam ficar tão necessitadas de serem ouvidas. É possível, a partir de Paulo Freire, buscar interpretar o contexto atual de maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, uso de novas tecnologias que nos tomam a atenção, assim, muitas de nossas crianças têm precisado ficar em casa sem um familiar adulta que possa acompanhar suas atividades escolares. Assim, torna-se ainda mais necessário ouvir o aluno, na sala de aula, querer saber dele, de suas dores e do seu mundo para se aproximar. Mas temos que fazer esta escuta de verdade e, se possível, anotar pontos importantes e nos alertar para o que a criança está dizendo, eu digo da criança, mas o estudante, a pessoa, seja ela em que idade estiver. Com uma escuta atenta, pode-se salvar vidas, perceber maus tratos e até uma violência, salvar a vida de um suicida, ou simplesmente usar uma forma de se comunicar e explicar uma lição com mais facilidade.

A educação popular tem o compromisso de romper com a ideologia dominante que responsabiliza individualmente os trabalhadores e seus filhos pelos fracassos na escolarização, fazendo-os acreditar que são culpados e incompetentes. A educação popular precisa ajudar os estudantes a perceber a perversidade do sistema social desigual e a se engajar na luta para transformá-lo em busca de igualdade democrática, de ética e vida digna. Recentemente, professores, escolas e universidades, que atuam inspirados no pensamento de Paulo Freire, foram acusados de doutrinação, mas essa acusação parece caber melhor à mídia e a grandes corporações, pois, assim como professores não devem manipular seus alunos, a mídia não deveria manipular a opinião pública.

Acredito que a Educação Popular pode contribuir para a leitura crítica do mundo e pode ser uma ferramenta no combate à desinformação (às *fake news*), formando um leitor mais crítico, mas como isso pode acontecer? Primeiro, é necessária a valorização do conhecimento prévio da pessoa, o que ela traz de casa, suas convicções, as quais podem ser impostas por um sistema social (família e igreja) ou econômico (propagandas enganosas que estimulam o consumo). Muitas das pessoas que eu entrevistei, nos bairros mais pobres, não tinham a alfabetização concluída e, mesmo os que se diziam alfabetizados, pareciam apresentar capacidades de leitura e escrita que poderiam ser classificadas como de analfabetismo funcional, não compreendendo a conjuntura de sua época. Para lidar com estudantes e famílias, nessas condições, é possível recorrer à educação popular.

É importante, na Educação Popular, saber unir o que cada estudante já sabe, ao que precisa ser ensinado, gerando temas do seu cotidiano, buscando aproximá-los do saber científico. É mostrando a eles e elas o “além da escola”, mostrar que se tem outros mundos, outras culturas, que se tem leis que têm que servir para o pobre e para o rico, enfatizar a importância da igualdade e da equidade. Partir do “saber da experiência feito” (FREIRE, 2016, p 98) para superá-lo não é ficar nele”, é preciso ir além. Cada estudante tem direito a acessar o conhecimento científico, cultural e artístico produzido pela humanidade.

Quando o educando ou qualquer outra pessoa consegue enxergar de verdade sua realidade social, percebe que é uma pessoa oprimida pelo sistema socioeconômico desigual e injusto, pois, não tem uma vida digna, não tem acesso aos bens de consumo que outros têm, mas sem se sentir deprimido, ou encorajado a recorrer à violência, ao vandalismo. A Educação Popular possibilita que estudantes conheçam histórias de luta pela igualdade e equidade social, como as do Movimento Negro, ou dos operários, ou das feministas, ou dos trabalhadores rurais que lutam por reforma agrária ou os trabalhadores urbanos que lutam por moradia, os quais buscam uma sociedade mais justa, mostrando que existem leis e direitos que deveriam servir para todos.

Mas o autor também recebeu críticas e refere uma lição aprendida por ele a duras penas, após ele ter recebido várias críticas a sua escrita machista em relação à falta de citação de mulheres em sua obra “Pedagogia do Oprimido”. A partir dessas críticas, nos textos produzidos mais tarde, ele tentou mudar o modo de escrever: “[...] Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação linguagem - pensamento - mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. [...] deve-se superar o discurso autoritário e machista.[...] (FREIRE 2016, p 94).

Paulo Freire (2016) refere que os educandos, muitas vezes, não se reconhecem como parte de uma classe ou grupo social que compartilha dificuldades semelhantes porque eles não conseguem perceber sua opressão, porque acham que a culpa pela situação precária em que vivem é sua, individualmente. Não percebem que por não terem tido oportunidades e melhores condições de vida, acabam por fazer escolhas que os prejudicam. Não vêem que suas escolhas são direcionadas por um mercado que usa de recursos em todos os meios de comunicação para influenciar essas escolhas. A Educação Popular, portanto, acolhe os estudantes com a escuta, considerando que podem estar passando por situações desesperadoras, sem poder imaginar alternativas e por isso podem tomar decisões precipitadas, influenciadas por um mercado que só quer que as pessoas trabalhem para comprar, ter, e ter, e ter, sem dar condições para que esta pessoa tenha vida e possa considerar outras demandas mais saudáveis.

Fazer com que o educando enxergue sua realidade, diferente das postagens da internet, fazê-lo compreender a desigualdade que o cerca que, muitas vezes, o educando por ser jovem e inexperiente não se vê inserido. Assim é importante buscar construir o senso de justiça social, estimulando a questionar as suas crenças e valores, muitas vezes, impostos por terceiros, como mídia, propagandas, enfim, o sistema social e econômico.

Conhecer as leis e os seus direitos e deveres, pois, seria de se presumir que este cidadão possa ter uma participação social efetiva, ou seja, tornar-se um agente social, com compromisso de defender seus direitos e participando da construção de uma sociedade mais justa e democrática, portanto, podemos presumir que quando o indivíduo está munido

de todos esses saberes, sendo uma pessoa crítica, engajada socialmente, e com senso de coletividade, ela estaria preparada para perceber, recolher, e analisar com olhar crítico as desinformações que recebe, permitindo que ela identifique, em discursos midiáticos e políticos, e os preconceitos, as manipulações, os discursos de ódio, contra outras minorias. É necessário uma prática pedagógica reflexiva que contribua para que estudantes não produzam e também não passem para frente materiais que propaguem desinformação, sendo ponderados quando postar ou compartilhar uma informação, ou ter o discernimento de verificar antes a sua veracidade.

A escola pode dar o amparo para que os educandos sejam críticos, mas se a família e os órgãos públicos não estiverem engajados e compromissados com a escola, esta instituição perde sua força. Há de ocorrer valorização dos aprendizados da escola, valorização de todo o trabalho realizado pela comunidade escolar, desde a faxineira até o mais alto cargo da escola, a direção, afinal eles são os sujeitos sociais nesse processo de leitura crítica do mundo que pode enfrentar a desinformação.

### 3.3 Desinformação

A expressão *fake news*, traduzida como notícia falsa, tem várias interpretações. Mendonça (2023) define “[...] *fake news* como “publicações online de declarações intencionalmente ou conhecidamente falsas sobre fatos, que são produzidas para servir a propósitos estratégicos e que são disseminadas para gerar influência social ou lucro” [...]” (p. 3). Esse é um termo antigo, que começou sendo usado em programas humorísticos, para dar o “sentido de sátira”. Nesses programas se recorre ao “[...] exagero a partir de situações reais; paródias que imitam o estilo jornalístico, mas usam notícias fictícias [...]”. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado para se referir à informação falsa disseminada com interesses políticos. Neste último caso são, portanto, discursos que não podem ser sustentados por fatos, mas que são publicados empregando-se o mesmo estilo jornalístico. A forma semelhante a do jornalismo busca atribuir legitimidade a informações e imagens manipuladas. Assim são criadas “falsas narrativas”. Tem o formato de notícia, mas são textos e imagens fictícias disseminadas com objetivos publicitários: “[...] propaganda, no sentido de histórias criadas por um ente político para influenciar a percepção do público”. (FAGUNDES, 2021, p. 2.). O termo também é “[...] empregado com frequência para desacreditar jornalistas e veículos, em uma tentativa de reprimir e restringir coberturas consideradas desagradáveis. [...]” (FAGUNDES, 2021, p 2.).

Portanto, a expressão *fake news* não é adequada porque a palavra notícia significa relato sobre algo que aconteceu, sendo, portanto, um fato verificável, por isso, é preferível o termo desinformação. Quando pensamos em notícia, pensamos em confiabilidade, pois um dos princípios fundamentais do jornalismo é a investigação e a análise de informações por trás da notícia. Um bom jornalista deve cumprir as normas éticas de sua profissão, que incluem a verificação de fatos, a proteção de suas fontes e a recusa em aceitar subornos, além de não poder fazer declarações que possam ser interpretadas como opiniões ou crenças pessoais, portanto, a notícia deve ser imparcial e objetiva (SANTOS, 2022, documento eletrônico, s/p.) e (JORNALISMO in WIKIPÉDIA, 2023, documento eletrônico, s/p.).

A desinformação concorre com as notícias verdadeiras, prejudicando a confiança da população em políticas públicas como as de vacinação e o Censo, por exemplo. O termo *Fake News*, é inadequado e “insuficiente para descrever os fenômenos complexos da desinformação” (FAGUNDES, 2021, p 2).

O termo *Fake News* não é uma novidade, como destacou Vanessa Oliveira Fagundes (2021), em seu artigo intitulado “Jovens e sua percepção sobre *fake news* na ciência”, segundo a autora, a disseminação de mentiras com o objetivo de manipular a opinião da população é anterior ao próprio jornalismo. Mas o termo ganhou mais repercussão nas eleições presidenciais nos Estados Unidos (EUA) de 2016, e nas eleições brasileiras, em 2018 e 2022. A autora se refere às eleições que conduziram Trump à presidência dos EUA, e Bolsonaro a do Brasil, e foram marcadas “[...] pela disseminação de informações intencionalmente incorretas ou enviesadas, que viraram arma política ao serem espalhadas com o objetivo de influenciar o debate público.” (FAGUNDES, 2021, p. 2). A desinformação foi usada para confundir e amedrontar o eleitor.

[...] As fake news são identificadas, hoje, como sintoma de um quadro mais amplo de desordens informacionais. A rapidez com que tais conteúdos falsos circulam e a sua capacidade de estabelecer novos modos e procedimentos de produção e distribuição fizeram com que o debate em torno do tema ganhasse proporções mundiais” [...]. (FAGUNDES, 2021, p. 2).

De acordo com Wardle e Derakhshan (2018), existe a informação incorreta (*misinformation*), referente a informações falsas que são compartilhadas porque alguém acredita que são verdadeiras, sem o objetivo de causar dano; a informação falsificada (*disinformation*), ou informações falsas que são compartilhadas de forma intencional, com objetivo de causar dano; e a má informação (*mal-information*), informação genuína, em geral da esfera privada, que é compartilhada para causar dano a uma pessoa, instituição ou país. Todas trazem problemas para a sociedade, mas a informação falsificada é particularmente perigosa porque é frequentemente organizada, financiada por grupos com interesses específicos e reforçada por tecnologia automatizada, como robôs (bots), que conseguem espalhar conteúdos falsos de forma massiva em poucos segundos. (FAGUNDES, 2021, p. 2.).

A desinformação é uma maneira de maquiar a notícia para ser amortecida pelo grande público apresentando os fatos de forma incompleta ou tendenciosa, omitindo informações relevantes, destacando informações desnecessárias, usando linguagem ambígua ou subjetiva tendo como objetivo manipular e moldar a opinião pública, mudando a visão de mundo que as pessoas têm, iludindo a população quanto a opressão em que vivem. Há uma concordância em relação à utilização da desinformação, ela tende a provocar efeitos danosos, como:

[...] a “apatia diante da informação, [...] e o encorajamento de pontos de vista extremos [...], quebra de pensamentos e ações de apaziguação, compaixão, ou tolerância entres pessoas e entidades [...] até as ameaças, reconfigurações e desafios impostos ao jornalismo e às empresas de mídia na atualidade [...] (FAGUNDES, 2021, p. 3).

A autora indica o quanto o uso da Internet favorece a propagação da desinformação com rapidez, porque a tecnologia disponível favorece a edição e distribuição de forma rápida e barata de mensagens manipuladas, além disso, ela destaca que o uso de mecanismos

automatizados, acaba por expor as pessoas a um tipo de conteúdo que é de sua preferência, destacando a “[...] dificuldade em identificar a origem dos conteúdos em circulação, algoritmos que entregam uma dieta informacional baseada em preferências identificadas – ampliam o alcance das fake news.” (FAGUNDES, 2021, p. 3).

A autora relata a manipulação de emoções como medo, asco e surpresa nesse tipo de material, o que favorece a sua replicação por usuários desavisados, sendo o seu compartilhamento muito mais veloz do que o de notícias verdadeiras que não mexem com as emoções. Segundo ela, as crenças, os compromissos pessoais e de grupos de pertencimento, bem como as convicções políticas das pessoas, produzem um engajamento na disseminação de desinformação.

A autora também afirma, com base em estudos sobre desinformação, que os jovens com maior escolarização, habituados a consumir informação científica, e que têm engajamento político tendem a estar mais alertas quanto ao risco de estarem recebendo informações falsas. Além disso, os mais habituados à comunicação científica também costumam ser aqueles que têm maior consciência dos limites dos próprios conhecimentos (FAGUNDES, 2021).

Uma outra dimensão da desinformação, desde que começaram a ser denunciados os seus usos políticos, foi a apropriação do termo pelos mesmos agentes que as disseminam:

[...] Chamar as notícias de veículos tradicionais de *fake news* tornou-se prática constante por parte de lideranças políticas e ativistas, atacando a credibilidade de veículos de comunicação tradicionais e de políticos rivais. [...] quando pessoas públicas adotam tal estratégia, minam-se as bases de facticidade e começa-se a alimentar discursos públicos orientados por raiva, ódio, preconceito e mentiras. [...] Elas dizem mais da natureza de muitos conflitos políticos contemporâneos do que de padrões cognitivos e informacionais (MENDONÇA, 2023, p. 5).

A desinformação que circulou a respeito do Censo de 2022 deixou o trabalho dos recenseadores difícil, porque não houve uma campanha publicitária maciça e séria por iniciativa do governo federal para divulgar os objetivos do Censo e o modo como seria realizado, nos veículos de comunicação. Essa omissão pode estar associada a um possível interesse político na desinformação e em dificultar a realização do Censo. O descaso com a divulgação de informações corretas sobre os objetivos do Censo, associado à desinformação intencional, fez com que este Censo fosse um dos mais demorados e caros. Possivelmente a desinformação intencional fosse feita por políticos da própria esfera do governo. E o custo desses interesses políticos de alguns grupos levou a um custo alto para todo o país.

Aqui cabe listar as diversas dimensões que caracterizam a desinformação e que foram usadas com interesses políticos no país durante o Censo de 2022:

[...] refere-se à propaganda política, que busca influenciar a percepção pública por meio de conteúdo supostamente informacional [...]. (MENDONÇA, 2023, p. 5).

[...] com a tendência de construção de bolhas, tais propagandas enganosas circulam com velocidade, muitas vezes emulando formatos jornalísticos. Propagam-se, assim, informações que se encaixam em estruturas fechadas de autoconfirmação. [...] (MENDONÇA, 2023, p. 5).

[...] a fim de produzir consequências políticas, beneficiando certos atores (Bennett, Livingston, 2021, apud MENDONÇA, 2023, p. 6).

[...] Bennett e Livingston (2021) e Haiden e Althuis (2018) defendem que a erosão das instituições e a percepção de crise estimularam a circulação de *fake news*. Em estudo comparativo com outros países demonstra que os níveis de confiança nas instituições são uma variável muito importante na explicação do fenômeno. O estudo evidencia como a prática de desacreditar da mídia é constante em todos os contextos de forte circulação de *fake news*. a redução da credibilidade nos veículos tradicionais pode ser tanto uma causa quanto uma consequência das fake news ganharem mais força [...] (MENDONÇA, 2023, p. 6).

A desinformação deixou as pessoas altamente desconfiadas e confusas principalmente na época das eleições. As pessoas já desacreditam das instituições governamentais, pois, muitas vezes, o governo não chega para as pessoas como elas necessitam ou como gostariam. Uma parcela da população que tem trabalho e renda fixa, como a classe média baixa, acredita não ter ajuda do governo, por ter melhor rendimento e, às vezes, ter estudo, não sendo público-alvo das políticas públicas (por exemplo bolsa família, SUS, escola pública) e, por isso, sentem-se desatendidas pelo poder público, além de considerarem injustas as políticas de redistribuição de renda. O que as torna muito desconfiadas a tudo que vem do governo, mesmo que seja uma ação que pode gerar políticas públicas de melhora coletiva, como o Censo.

Um outro motivo para as pessoas acreditarem nas mentiras que circulam é o fato de esses discursos coincidirem com as suas crenças ou com os seus interesses políticos. Além disso, as pessoas com menor conhecimento sobre um assunto, tendem a acreditar que sabem o suficiente para tomar decisões, sendo mais facilmente manipuladas. Além disso, a falta de hábitos de leitura e, portanto, a menor capacidade de interpretação de textos também tornaria a pessoa mais suscetível à desinformação (FAGUNDES, 2021; MENDONÇA, 2023).

Apesar de entre as pessoas entrevistadas pelo Censo existirem pessoas que só sabem ler e escrever e outras mais instruídas, com Ensino Médio ou curso superior, eu percebi, na experiência do trabalho no IBGE, que um cidadão independente da escolarização pode não ter discernimento, pois, precisa ter compreensão das coisas, então, ter estudo (ensino médio completo ou o que seja) não é sinal de inteligência, senso crítico, e nem de educação social, nem sinal de empatia, nem bom senso e, apesar de terem informação devido ao uso do celular, algumas dessas pessoas são facilmente manipuladas por um governo que preferiu criar desestabilidade o tempo todo do que mostrar serviço, que preferiu atacar, para desabilitar suas próprias instituições, desacreditando sua própria eleição, do que construir melhores condições de vida para a população.

[...] o problema não é as pessoas não conhecerem ou serem indiferentes ao que os cientistas dizem, mas, sim, elas não concordarem com o que escutam devido às crenças e aos compromissos, pessoais e do grupo com

o qual se identificam. Da mesma forma, quando tratamos da desinformação, nem sempre a falta de conhecimento é o fator mais relevante. Convicções e valores compartilhados desempenham papel central [...] (FAGUNDES, 2021, p. 3).

Além disso, as plataformas de mídias sociais se alimentam grandemente da tensão gerada por divergências de opiniões presentes nas redes. Por isso, a realização do Censo em ano eleitoral também foi uma dificuldade a mais.

Como recenseadores, ouvimos tanta reclamação sobre o governo, seja municipal, estadual ou federal porque, às vezes, as pessoas achavam que nós éramos as pessoas que iam lá para ver o que estava acontecendo no bairro para propor uma solução. Por outro lado, eles não queriam responder ao questionário do IBGE, porque não ia mudar nada, não iria fazer diferença, suas necessidades não seriam sanadas. Uma vez, fui atendida por uma senhora que tinha dois parentes atípicos (pessoas com deficiência intelectual), na residência, e ela não tinha ajuda pra nenhum dos dois, não tinha condução, quando ela precisava levar um deles no médico, não tinha médico no posto ou médico da família, não tinha remédio gratuito, não tinha salário para deficiente intelectual, só tinha o bolsa família por causa da quantia de gente que tinha na casa. Então, quando ela precisava desesperadamente de auxílio para quem ela pedia? Para o tráfico do bairro, ele auxiliava sem demora, e eu não ouvi este relato uma vez só não, caro leitor, eles conseguiram até eleger um representante do tráfico na minha cidade. Então se normaliza a presença da violência, do tráfico, de homicídios, do aliciamento de crianças e adolescentes que vão ali fazer um favor ao traficante, as famílias ficam reféns sem perceber, devido à ausência de serviços públicos em algumas localidades.

Se eu achei que sofri, fazendo esse trabalho do Censo, como mulher hetero (cis), já com certa idade, o que podia causar nas pessoas uma certa compaixão, é o fato de me considerar uma pessoa da terra, devido aos traços mestiços que tenho. Além disso, pelo fato de a cor de minha pele não ser tão escura, entendo que fui melhor recebida do que outras/os colegas recenseadores. Fico imaginando os colegas negros, ou indígenas, ou uma pessoa LGBTQIA+, como eles devem ter sido recebidos? Então, chego à conclusão de que o que vivi foi efêmero, meu sofrimento provavelmente foi menor.

A maioria das pessoas que trabalharam no Censo, estavam desempregadas, loucas por uma oportunidade de emprego e renda. Algumas que tinham o Censo como segundo emprego, saíram logo. Mas algumas das que ficaram, trabalharam não por causa do dinheiro, mas por respeito ao trabalho que o IBGE desenvolve, por entender que a produção de dados estatísticos pode melhorar os serviços para a população. Também foi satisfatório ver a pluralização acontecendo isso foi algo único, talvez pudéssemos estar vendo a história sendo feita,

Diante da importância do Censo para fornecer informações relevantes sobre a vida da população brasileira, penso que através destes relatos e reflexões, é possível sensibilizar as pessoas para o fato de que há trabalhadores de todos os gêneros, e modos, trabalhando para que cada faixa da população seja ouvida e esteja representada, tanto por quem faz o Censo ou qualquer outro tipo de trabalho, quanto por quem responde a pesquisa ou atende um trabalhador. Assim, aqui destaco a necessidade de se ter compaixão com o trabalho braçal que é tão importante quanto o Censo.

Quando eu escrevo sobre como foi trabalhar na rua, com públicos de diferentes camadas sociais, é preciso mencionar que foi um desafio e tanto, um aprendizado intenso e sofrido e que, por isso, eu espero nunca mais precisar viver de novo. Penso que o trabalho como recenseadora é muito diferente de quando se trabalha dentro de uma loja ou de algum departamento público, onde as pessoas querem ser atendidas, querem expor seus problemas e querem solução. Já quando visitamos as pessoas em seus domicílios, elas estão com outros tipos de demandas. Elas não estão predispostas a participar do Censo. Por isso tento salientar o quanto foi, e acho que vai ser sempre complicado, para um órgão como o IBGE, que trabalha para obter dados da população através de pesquisa, onde ele tenha que lutar com três frentes de batalha:

Primeira, responder ao Censo é obrigatório, mas se você não responder está sujeito à aplicação da Lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968, que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas. Contudo não fiquei sabendo de nenhum caso em que tenha sido aplicada multa ou qualquer outra penalidade que demonstre a necessidade e a importância de responder uma pesquisa do IBGE.

Segunda, muitas das pessoas visitadas não utilizam os dados do IBGE para suas vidas ou trabalho e por isso não compreendem a importância da produção de dados estatísticos. Quando têm contato com uma informação lançada na mídia, é como uma notícia qualquer que não acrescenta em nada para a sua experiência de vida. Mas tem também as pessoas que já utilizaram ou que vão usar os dados do censo para um trabalho acadêmico, ou em uma prova como a do ENEM de 2022, e, mesmo assim, tem aversão ao Censo ou demonstram falta de coerência quando se negam a responder ao recenseador.

Terceira, em 2022, a luta permanente contra a desinformação que circula nas mídias digitais com tamanha força e rapidez, que vem sendo feitas análises sobre como as pessoas recebem um volume grande de informações, sendo parte delas distorcidas ou falsas e, assim mostram-se desorientadas e pouco críticas ao que leem ou veem nas redes sociais, parecendo anestesiadas.

[...] O que temos visto nos últimos tempos é uma avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos, capazes de gerar consequências graves, como distorção da opinião pública, manipulação de eleições, problemas de saúde pública e até mesmo violência [...]. (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

É possível imaginar que a difusão de desinformação pode estar associada à defasagem da educação escolar, a uma possível abordagem ultrapassada, sim, temos problemas a serem resolvidos. E acho que é inviável comparar investimento em educação com a agilidade, financiamento e alcance que a internet tem, com seus *youtubers* e *tik tokers*, que são ídolos para uma grande massa de pessoas ainda em formação. E um educador, na linha de frente de uma sala de aula, que não consegue acompanhar no mesmo ritmo essas novidades, tem a responsabilidade de educar para o enfrentamento da desinformação. É assustador como o desinteresse cresce nesse mesmo público, que não procura utilizar a internet com responsabilidade.

A Internet é uma ferramenta de crescimento pessoal, educacional e, até, profissional. Muitas vezes, a internet é usada para diversão, e, infelizmente, circulam mentiras e perversidades, às quais as pessoas aderem acriticamente. No caso de crianças e jovens,

muitas vezes, o acesso a conteúdo inadequado ocorre sem supervisão ou orientação de familiares que não podem estar presentes continuamente em seu cotidiano, atuando em sua formação.

[...] nem todos têm a mesma habilidade para discernir entre verdadeiro e falso, para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo, nem tiveram tempo ou aprendizados para usar esses novos meios com responsabilidade e consciência. E os desafios não param por aí. A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização tornam o combate à desinformação cada vez mais árduo e complexo [...]. (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Formar um cidadão crítico com o que lê, e ético quando faz uma postagem ou uma declaração ou falar sobre sua opinião nas redes sociais ou para quem quiser ou não ouvir, não é uma tarefa fácil. Primeiro, não se deve confundir falar sem pensar, só com base em achismos, com falar a verdade, e mesmo a verdade é uma coisa relativa, se a pessoa não procura informações para ter um parecer confiável. As pessoas mal intencionadas pensam que a internet é uma terra invisível, sem lei e sem consequência, por não ser concreta pode-se postar qualquer coisa, mas é mais que isso, há uma apatia e falta de senso crítico. E os jovens, que têm uma relação mais constante com as redes sociais, têm preguiça de procurar saber se a informação é verdadeira ou falsa, e, quando eles querem prejudicar alguém, as redes se tornaram uma ferramenta poderosa para a maldade e o *bullying* de caso pensado. Isso, às vezes, acontece por serem mal orientados e ter uma concepção familiar preconceituosa.

A(o) educadora(or) seria a primeira porta de informação e sensibilização da importância do Censo para o coletivo, mas muito mais que isso, um orientador para a utilização das mídias. Seria importante que utilizasse os dados do IBGE, como parte de seu conteúdo de ensino. Por isso, mesmo com todas as demandas que uma(um) educadora(or) tenha, seria importante que pudesse pensar em estratégias para se informar sobre educação midiática e também sobre o Censo para transmitir aos seus alunos.

[...] É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à desinformação. Ao fornecer aos cidadãos as habilidades necessárias para avaliar a informação de forma crítica, diferenciar gêneros textuais e tipos de mídia, avaliar a credibilidade das fontes de informação e identificar os preconceitos na mídia, a educação ajuda a reduzir a vulnerabilidade a conteúdos fraudulentos na medida em que aumenta a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente [...]. (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Assim, uma parte importante do trabalho escolar é ensinar estudantes a conferir diferentes fontes de informação, além de estabelecer critérios para discernir fontes confiáveis de fontes sensacionalistas.

[...] Levar esse tema para a sala de aula é fundamental e urgente. A união de esforços visando mobilizar todos os agentes envolvidos – como professores, formuladores de políticas públicas, membros da academia e sociedade em geral – é condição essencial para implementar a educação midiática nas escolas e, com isso, ajudar crianças e jovens a terem uma

relação mais saudável e segura com as mídias [...] (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

No presente estudo, o foco é a desinformação associada ao Censo, mas a educação midiática é importante para proteger os estudantes de riscos como o *bullying* na escola e que inicia ou continua internet. Protegê-los de pessoas que incentivam comportamentos que colocam em risco o próprio jovem, os colegas ou outros vulneráveis como animais de estimação. Assim, “[...] são importantes políticas públicas eficazes para formar midiaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico. [...]” (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Neste trabalho, ao denunciar a violência a que estão expostos aqueles que realizam o trabalho do IBGE, busca-se apontar a necessidade de políticas públicas integradas em diferentes frentes, a fim de combater a desinformação intencional que é produzida nas redes sociais.

O que muito me anima e que vejo em vários *youtuber* que eu mesma sigo, é que alguns deles também têm uma preocupação em ensinar e produzir um conteúdo de qualidade, mas sei que não são todas as pessoas que procuram as mídias para estudar ou acrescentar informações a seu dia a dia, ou até mesmo supervisionar os filhos no que eles estão vendo, acompanhando suas aventuras na internet.

A responsabilidade da escola nesse aspecto precisa ser considerada porque vários familiares não têm a possibilidade de realizar o acompanhamento dos filhos ou por serem mães solitárias ou pais que trabalham o tempo todo fora de casa. Por esse motivo, dados como os obtidos por meio do Censo poderiam ser considerados para pensar em uma legislação e em políticas públicas com horários diferentes de trabalho para que as pessoas tivessem mais tempo com seus filhos para orientá-los. Também seria importante que as escolas contassem com psicólogos para não sobrecarregar os professores e auxiliar nessa orientação junto aos alunos e pais. É desejável que os pais sejam mais presentes tanto na escola como em casa, embora isso nem sempre seja possível. Por isso é importante a valorização da escola quando a família enxerga no professor um aliado.

No trabalho como recenseadora estive em contato com pais/mães de família que precisam de uma oportunidade de trabalho remunerado, não abandonam seus filhos, não abrem mão de estar com eles, não passa pela cabeça entregar às crianças aos cuidados do Estado, querem e fazem de tudo para sustentar suas famílias, mas nem sempre têm sucesso. É injusto que as pessoas vivam nessas condições, somos humanos, e é inadmissível que pessoas vivam abaixo da linha da pobreza, é um desrespeito da condição humana, dos direitos humanos, a desinformação intencional. Nos perguntamos sobre quem ganha com esta desigualdade entre as pessoas de um mesmo bairro? E o pior é que elas não enxergam a opressão de suas vidas.

Por isso, é importante que educadores incorporem em “[...] suas práticas pedagógicas temas ligados à cidadania e à cultura digital, à leitura crítica de informações, à autoexpressão responsável e ao uso seguro da internet. [...]” (BLANCO, 2023, documento eletrônico, s/p.).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 - Procedimentos metodológicos da pesquisa narrativa

A investigação para a produção deste TCC foi desenvolvida, segundo os princípios da pesquisa narrativa, uma abordagem qualitativa que pode utilizar histórias, fotos, diários e documentos em geral; esses dados são usados e analisados para identificar padrões e temas, que possam explorar a experiência humana. A memória é o componente principal do pesquisador, pois é dela que vêm os dados coletados de uma variedade de fontes. No caso deste trabalho, é realizado o registro de memórias da experiência de entrevistas do IBGE e observar a realidade de moradores de domicílios visitados como recenseadora. Os registros dessas memórias são fundamentais para construir elementos de análises e melhor delimitação do objeto de estudo.

A pesquisa narrativa inicia-se com a escrita de histórias lembradas, sendo o contexto das narrativas uma abertura para a escrita livre. Essas escritas ocorreram depois de finalizado o período de trabalho como recenseadora. Minha maior preocupação é a construção das histórias, porque uma coisa é a realidade, propriamente dita, outra, é a representação desta realidade. As histórias não são meramente contadas ou reescritas para distrair, mas, para dar um sentido à nossa realidade atual, a partir da experiência de um passado recente conturbado. Portanto, como explica Abraão:

[...] a pesquisa narrativa trabalha antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, a pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica. (ABRAÃO, 2003, p 80).

Assim, tento construir sentido acadêmico para a experiência vivida, atribuindo novo significado aos fatos narrados construindo uma reflexão. A partir das escritas livres sobre as memórias das experiências, foram selecionadas as histórias mais marcantes e, de certa forma, desagradáveis com o intuito de despertar o leitor para realidades que possam estar fora do seu cotidiano. Mas a escrita e a leitura precisam lembrar que os fatos narrados representam uma interpretação particular do mundo (de uma professora em formação que atuou por um período como recenseadora) e só fazem sentido e expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço (ABRAÃO, 2003). Então é necessário que haja uma interpretação minuciosa, não no intuito de se verificar a verdade, mas, buscando uma "referência de verdade" (ABRAÃO, 2003, p. 93) que possa sustentar a narrativa, no esforço de compreender o objeto de estudo, por isso além da perspectiva pessoal/social como professora em formação, a narradora, também busquei apoio nas referências bibliográficas.

Este método narrativo tem seus contrapontos, apesar de ser muito bom escrever as narrativas, analisá-las não é tarefa fácil, portanto, tem desafios que precisam ser enfrentados na construção deste TCC, pois nem sempre é fácil fazer uma análise dos dados narrativos. Não se pode generalizar os resultados da pesquisa para populações maiores, por não ser uma pesquisa que abarque o conjunto da população, uma amostragem representativa. Na pesquisa narrativa, o foco são experiências singulares, pois cada história é única, com suas reflexões, e o resultado da narração pode levar o leitor a ter uma outra

interpretação. Portanto o desafio está lançado, considerando os autores das referências bibliográficas, e com várias leituras para embasar cada análise construímos o texto, buscando demonstrar que o método narrativo tem uma abordagem valiosa para a pesquisa acadêmica, pois explora uma ampla gama de tópicos, temas e fornece *insights* ricos e descrições detalhadas sobre as experiências humanas.

A pesquisa narrativa inicia com relatos de experiência, escritos de forma livre, os quais são denominados como textos de campo. Esses textos a partir de diálogo com a orientadora e da revisão bibliográfica, passam por revisões, reescritas e análises com o objetivo de produzir significados para as experiências. “[...] Pensar narrativamente a partir de um espaço tridimensional torna-se condição para o intento de se compreender as vidas experienciadas e narradas.” (MARIANI, 2011, p. 663)

Os relatos orais de memórias da experiência como recenseadora iniciaram-se em conversas com os colegas de Estágio de Docência em Biologia do Ensino Médio. Sempre surgia um tema em que alguma coisa do que eu estava vivendo como recenseadora podia ser analisada. Então, meus relatos traziam sempre um olhar a uma realidade desconhecida por mim e meus ouvintes. Nesses momentos de diálogo, parecia que eu organizava meus pensamentos.

O trabalho como recenseadora foi realizado em bairros periféricos de um município da região sul do Brasil, situado em área metropolitana, iniciou em agosto de 2022 e foi finalizado em abril de 2023. Somente iniciei a escrita do diário para este TCC, a partir de minhas memórias, em junho de 2023. Durante a elaboração do projeto de TCC, iniciei os relatos como escritas livres, conforme a fluidez da memória. Buscava fazer anotações em um caderno, onde são produzidos os textos de campo. Após um período de muito trabalho como recenseadora, período em que não pude escrever, ouvindo a um podcast, a pessoa entrevistada disse que escrevia no caderno suas experiências. Isso me deu uma luz, para minha falta de tempo de abrir o computador. E fui escrevendo quando podia e lembrava de uma situação, isso me ajudou a fazer a coletânea de histórias no meu caderno, após, mostrei à professora orientadora e tentamos selecionar algumas vivências ali descritas.

A partir dos textos de campo, produzidos no caderno, eles eram escritos, revisados e reescritos em um arquivo no Google Docs, produzindo os textos de pesquisa. A partir desses textos, dialogava e refletia com a orientadora. As perguntas sobre as lembranças e a conversa sobre a estruturação da pesquisa levaram à decisão de fazer os relatos trazendo os temas mais relevantes, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

A partir dos textos de pesquisa, o diálogo permite a realização de análises das narrativas. Inspirada pela metodologia da pesquisa narrativa, também utilizada por Sabrina Reschke (2021) em seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCC) Ciência é 10, oferecido pelo Instituto de Ciências Básicas da Saúde, considero importante o modo como ela descreve sua estratégia de pesquisa narrativa: “Pequenos apontamentos servem como a ponta de um fio, que conforme vai sendo puxado, transforma-se em memória, e estas memórias são de fatos, de falas, de situações” (p. 16).

Para relembrar minhas experiências e escrever meus relatos, eu repasso os lugares onde as histórias aconteceram. Cada vez que passo na rua, eu me lembro de algum acontecimento, minha forma de lembrar é visual e, como algumas lembranças me desestabilizam emocionalmente, é muito forte ainda lembrar as vivências. E quando eu

escrevo, parece um *start* para lembrar cada detalhe de uma situação e também outras experiências.

A escrita também me leva a pensar na organização do texto. Inicialmente, a intenção era escrever os relatos, pensando nas perguntas primárias do Censo, mas, depois, esses primeiros relatos foram reorganizados por temas de modo a produzir uma continuidade entre as histórias. Os relatos passam por várias reescritas, tentando tornar o texto coerente e as experiências compreensíveis. Essas reescritas também possibilitam atribuir sentido e contextualizar as vivências, buscando associá-las aos estudos e leituras realizadas para construir o referencial teórico-metodológico da pesquisa.

## **5 RESULTADOS**

Esta pesquisa narrativa produziu dois tipos de resultados que penso que podem interessar às equipes escolares. O primeiro conjunto de resultados se refere à resistência de uma parcela da população ao trabalho de recenseadores. Entendo que a atuação como recenseadora é uma forma de representar o Estado junto à população, condição similar a de professoras, que também representam o Estado junto à população, acolhendo os estudantes. Essa atuação capilarizada de recenseadores e de professoras precisa ser valorizada pela sociedade para ter sucesso. A desconfiança da população inviabiliza o trabalho de obtenção de dados que permitam pensar políticas públicas adequadas às necessidades da população. Da mesma forma, a difamação de professores, acusados de doutrinadores, cria inúmeras dificuldades e riscos para educadores. Assim, a primeira parte dos resultados, aborda memórias do cotidiano como recenseadora. Penso que as dificuldades teriam sido menores se as mídias e as escolas tivessem divulgado e explicado a importância do Censo para a população.

A segunda parte dos resultados, se refere especificamente às condições de vida da população, observadas ao visitar os domicílios em bairros periféricos de um município da região metropolitana. As informações sobre essa realidade precisam ser consideradas no planejamento escolar para acolher estudantes e garantir o sucesso nos estudos.

### **5.1 Estratégia desenvolvida a partir da experiência de contato com as pessoas para entrevistas do Censo**

A seguir, são narradas experiências, organizadas em seções, cujos títulos foram elaborados a partir da lembrança de falas dos moradores visitados. As memórias das experiências registradas, a partir de junho de 2023, quando já havia encerrado o trabalho do Censo, foram aquelas mais intensas e que me sensibilizaram.

Para realizar as entrevistas do Censo, fui construindo uma estratégia para conseguir uma aproximação com as pessoas e tentar reduzir as recusas em participar do Censo Demográfico. Busquei construir estratégias para pegar as pessoas mais tranquilas e propensas a responder o questionário.

O primeiro cuidado, seguindo a recomendação do Manual do recenseador (2022) era o de realizar o trabalho com o colete e o cartão atualizado do IBGE. Esta era uma proteção para mim e para a pessoa a ser contatada saber que eu era credenciada para realizar o Censo. Além de usar o colete, evitava vestir roupas decotadas ou coloridas demais. Esse cuidado era por segurança, para não sofrer assédio e também para tentar evitar que a pessoa pensasse que eu estava vendendo alguma coisa. Era preciso ser discreta.

Imagina fazer este trabalho no sol do verão uma manhã inteira e conseguir visitar apenas oito residências, eu me considerava com sorte, meu supervisor dizia que meu trabalho tinha andamento, tinha fluxo. Foi só trabalhando na rua, que eu percebi como nossas ruas não têm árvores<sup>1</sup>, às vezes, nenhuma sombra para amenizar, eu sempre usava chapéu, eu era o pontinho azul do Censo (meu chapéu era azul igual ao uniforme), e isso já era motivo para as pessoas me reconhecerem, algumas se escondiam e outras perguntavam: “Não terminou o Censo ainda? que cansativo isso, gurial!”. Essas pessoas que reconheciam o meu trabalho tem meu carinho até hoje pela empatia que demonstravam.

Uma coisa que acabei desenvolvendo foi raiva de cachorro, nunca mais na minha vida quero um na minha casa. Os bichos vinham até o portão correndo, parecia que iam atravessar o cercado com a intenção de me morder, era estressante a aproximação do portão. Eu entendia que eles estavam protegendo a casa, mas isso me deixava chateada com as pessoas, que pareciam “soltar os cachorros” intencionalmente. A comunicação era dificultada pelos latidos e isso exigia um esforço de elevação da voz que dificultava a realização das entrevistas. As pessoas não entendiam que eu precisava ser ouvida e precisava ter voz até o final do dia. Elas não tinham autoridade com os animais delas, não pediam para o animal ficar quieto. Quando eu não conseguia ser ouvida ou tinha que gritar (fazer aos berros o questionário), minha estratégia era pedir os documentos de todas as pessoas da casa. Nesse momento, em geral, a pessoa me ouvia! A necessidade de apresentar documentos assustava e, nesses momentos, as pessoas costumavam prender os cachorros. Era quando eu conseguia conversar com a pessoa e explicar que não estava entendendo as informações que ela estava me passando. Geralmente era preciso começar de novo a entrevista, para ver se estavam certos os dados que ela tinha me passado. Acho que deixar os cachorros junto ao portão era uma estratégia da pessoa para não me atender, para que eu desistisse. Minha mãe sempre me diz que eu sou muito teimosa, mas as pessoas não sabiam disso. Muitas vezes, os entrevistados se incomodavam, ficavam irritados, não pareciam ter a capacidade de se colocar no meu lugar. A partir do momento em que eu conseguia ouvir as respostas, eu não precisava mais dos documentos, eu não fazia questão nem do CPF que tinha que ser colocado na última pergunta, uma resposta facultativa de acordo com as normas do Censo.

Era uma luta todos os dias, eu não sabia como ia ser a recepção na próxima residência, a desinformação das pessoas e a resistência a receber recenseadores prejudicou a saúde mental desses profissionais que precisavam trabalhar nas ruas. O Censo é obrigatório, não adianta a pessoa dificultar o trabalho do recenseador. Aconteceriam sucessivas visitas, pelos menos quatro, por cada recenseador não atendido e ainda haveria

---

<sup>1</sup> Eu entrei no curso de Ciências Biológicas, porque eu queria ser uma plantadora de árvores, eu queria melhorar o aspecto das áreas pobres da cidade de São Paulo, onde eu nasci e morei até os 27 anos. As ruas dos bairros pobres não são arborizadas. Percebi que isso acontece em todas as regiões pobres do Brasil, inclusive nesse município em que realizei o Censo.

a coleta no final de todo o processo, nos últimos meses, até se obter sucesso em terminar o setor e finalizar o Censo.

Procurava iniciar as visitas cedo, tentando pegar a pessoa ainda em casa, antes de sair para o trabalho, neste momento, para não atrasar a pessoa, eu só perguntava qual o melhor dia e horário para ela me atender. Este, portanto, não era o momento ainda de realizar a entrevista, era só um primeiro contato. Buscava dar opções, possibilitar a escolha para quem estava saindo de casa. Aprendi que não podia querer fazer o questionário com a pessoa atrasada, saindo correndo. Explicava que não precisava responder nada naquele momento, ela só precisava saber que eu estava no bairro realizando o Censo do IBGE. Informava para a pessoa que o questionário seria curto e que eu fazia tudo o mais rápido possível.

No sábado de manhã, tentava sair mais cedo ainda, para pegar as pessoas que estavam cuidando do quintal e, se o dia já estava alto, bebia água na frente de quem estava trabalhando na frente da casa, assim, a pessoa também parava para tomar água ou fugir do sol, por um momento, e eu sempre conseguia fazer com que a pessoa me atendesse. Descobri que, em uma tarde bonita ou depois da chuva, as pessoas gostavam de ver o final do dia conversando com alguém simpático, eu sempre tentava ser o mais agradável possível. Em certos dias, eu dizia para pessoa “vem tomar um pouquinho de sol comigo”, num dia frio, os idosos eram uns amores, eles gostavam de ser ouvidos, ou debaixo de um sol fraco ou de uma boa sombra, não tinha erro.

No domingo, saía durante o programa de televisão do Faustão, entre as 16 às 20 horas. Geralmente, nesse horário, as pessoas atendiam sem problema, desde que o final de semana tivesse sido bom para quem estava atendendo. Mas, às vezes, era difícil porque o final de semana não tinha rendido o que a pessoa esperava e ela resistia a realizar a entrevista.

Como uma parte do trabalho foi realizada durante a copa do mundo de futebol masculino, tentava realizar as visitas domiciliares depois do jogo do Brasil, se o resultado fosse bom, as pessoas estavam na rua comentando com os vizinhos o jogo. Mas sempre tinha gente que fugia para não atender, mas como eu tinha que passar na rua pelo menos quatro vezes, em algum momento, ela poderia estar mais disposta (Meu deus, tinha que ser resiliente!). Respirava fundo, lembrava que cada ser humano é único, senão era bem recebida em uma casa, pensava que com o vizinho poderia ser diferente. Quando era ofendida por algum morador, precisava pensar que a vergonha não era minha, era do indivíduo agressivo. Buscava pensar que estava prestando um serviço à comunidade. Ao abordar as pessoas, tentava ser super simpática e sensível, se a pessoa estava atucanada, precisando tomar conta de crianças ou de pessoa idosa, combinava de retornar num horário melhor.

O trabalho como recenseadora não se limitava à coleta de informações, era também um trabalho educativo sobre o que é o Censo, o seu objetivo e sobre a necessidade de as pessoas se informarem, assistindo telejornais ou buscando no site do IBGE informações verdadeiras. Em muitos momentos, passei mais tempo explicando para as pessoas o que era o Censo e para o que servia do que aplicando o questionário. O Censo Demográfico só é realizado a cada 10 anos e este Censo, iniciado em 2022, foi realizado com muitas polêmicas, negacionismo e pouca divulgação. Surpreendentemente, os bairros em que os

moradores demonstraram melhores condições socioeconômicas eram aqueles em que havia maior resistência a receber o Censo e fornecer as informações solicitadas. Uma estratégia usada para obter a informação sobre a renda, era pedir que a pessoa indicasse, no aparelho do IBGE, a sua renda, sem precisar me informar o valor, isso as deixava mais calmas e, depois disso, a conversa sempre fluía melhor.

Pessoas mais humildes eram menos resistentes, era só explicar os porquês, e tudo se resolvia, a pessoa ficava desarmada. Alguns que não sabiam soletrar os nomes dos filhos ou a data certa de nascimento, disponibilizavam algum tipo de documento para a verificação das informações. Estes dois itens não podiam ficar errados e as pessoas não gostavam que eu errasse o nome delas. Algumas ficaram até nervosas. Eu entendo isso pois o nome da pessoa pobre é o único bem que ela tem.

Seria importante além de os meios de comunicação divulgarem insistentemente o trabalho dos recenseadores e de ser combatida a desinformação, ocorrer a responsabilização das grandes empresas da Internet pelo filtro delas. O Censo Demográfico só é realizado a cada 10 anos e este Censo, iniciado em 2022, foi realizado com muitas polêmicas, negacionismo e pouca divulgação.

## **5.2 Desinformação na internet e dificuldades no trabalho de recenseadora**

A desinformação prejudicou o Censo e, por mais que tivéssemos o apoio dos coordenadores, o mapeamento prévio dos setores, realizado pelos agentes do IBGE, e o treinamento para nos preparar para uma possível agressividade dos moradores, isso não foi suficiente. O treinamento não nos mostrou um por cento de como seria o Censo 2022.

[...] nunca, dantes, houve uma percentagem tão elevada de residências ocupadas cujos moradores se recusaram a responder ao Censo: 4,23% do total. Mais de 3 milhões de residências, 43% das quais localizadas no Estado de São Paulo [...] [...] a discrepância entre a população estimada para o Brasil em 2021 – 213,3 milhões – e a população censitada em 2022 – de apenas 203 milhões. Se tomamos os dados do Censo como referência de exatidão, o IBGE teria sobrestimado a população brasileira nos anos anteriores [...] (PAIVA, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Essa pesquisa do Censo não foi realizada através de amostragem, que consiste em visitar um número X de casas e fazer uma estimativa da população; no Censo de 2022, foi necessário realizar as entrevistas em todas as casas, uma por uma. Tínhamos a missão de fazer uma contagem da população o mais precisa possível, tomando cuidado para não haver duplicidade com pessoas que moravam em duas localidades, como em uma casa de praia, ou crianças que passam o final de semana com um dos pais. Fazíamos também um mapeamento das regiões, sendo elas áreas urbanas ou áreas com menos estrutura construída, como as áreas verdes com ocupação irregular pela população, na forma de favelas, vilas, ou ainda áreas rurais.

[...] As discrepâncias entre populações estimadas e censitadas são sistemáticas. Não é de hoje que se sabe que as regras do Censo levam à subestimação da população domiciliada em cada município e, por extensão, nas UFs e no Brasil. Por quê? Porque após um determinado número de

visitas (entre 3 e 4, a depender do período de sua realização), as residências onde não há qualquer retorno ou atendimento são classificadas como desabitadas. Mas, evidentemente, a ausência detectada pode ser eventual. Se os moradores trabalham pela manhã e pela tarde, estudam à noite e costumam fazer suas refeições fora de casa, há uma chance não desprezível de todos se encontrarem ausentes nas 3 ou 4 visitas realizadas. [...] (PAIVA, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Na época do treinamento, foi solicitado que deveríamos retornar à residência de quem, por algum motivo não quisesse atender, pelo menos 4 vezes, em dias e horários diferentes (manhã, tarde e noite), fora do horário comercial e finais de semana. A cada retorno, o aplicativo registrava a data, o horário do retorno, e fazia novamente as coordenadas geográficas de onde estava o recenseador, então, era uma maneira de saber se o recenseador estava na primeira coordenada, quando ele confirmou a existência do endereço pela primeira vez que ia ao setor, esta seria a primeira tentativa de realizar a entrevista. E, nesse momento, estávamos fazendo o mapeamento dos bairros, então, contávamos as escolas, postos de saúde, empresas e comércio, mas, nesses locais não se fazia entrevista, só realizávamos a inclusão do endereço, nome do estabelecimento e a confirmação da localização através do GPS. Só fazíamos entrevistas nesses locais, se existissem moradores em algum local do terreno, como apartamento no segundo andar ou casas nos fundos do comércio, como por exemplo, as residências de caseiros.

Essa era uma maneira de controlar, à distância, a realização do serviço de recenseamento, para não haver duplicidade com quem estava nos locais comerciais e também verificar se o recenseador estava na rua trabalhando. Até aí tudo bem, todas as empresas criam dispositivos para saber se o funcionário está trabalhando em determinado lugar e se as informações não estão sendo inventadas por quem não trabalha com boa fé, e, para conseguir fechar o trabalho em um setor e poder receber a remuneração correspondente, tínhamos que fazer este procedimento.

Na prática, isso foi bom e ruim, bom porque a residência que não foi atendida de primeira, recebia uma folha de recado onde constava nome, matrícula e meu contato para agendar um melhor horário para realizar a entrevista. E ruim porque as pessoas não entravam em contato e também não atendiam para fazer a recusa. Às vezes, tinha que passar muito mais que 4 vezes, houve casas em que retornei mais de 10 vezes para obter alguma informação com vizinhos ou parentes. Ocorria também de a pessoa marcar horário e esquecer que tinha marcado comigo, então, não tinha ninguém para atender, ou estava de saída ou era grosseira, porque tinha recebido uma desinformação e, por isso, mudado de ideia sobre responder ao Censo 2022.

Ninguém tinha ideia de quanto era prejudicial para quem realizava o Censo ter que voltar tantas vezes para fazer uma entrevista em uma só residência. Era desperdício de tempo, de energia, atraso em outros setores, prejuízo financeiro, porque se precisasse pegar uma condução muitas vezes saía do bolso do recenseador até poder concluir o trabalho em um setor e estar apto a receber a remuneração. O desejável era tentar fechar o setor com até 3% de pendências. Entretanto, isso nem sempre era possível.

Em alguns setores maiores, 3% poderia corresponder a 110 residências (se fizermos uma estimativa que cada casa tinha 3 pessoas, isso era muita gente). Cada pessoa que se negava a responder causava um atraso, pois deixava-se de fazer outros setores. O Censo

foi prolongado por diversas vezes, só aqui no Rio Grande do Sul, mais de 4 vezes. Quando um recenseador não conseguia concluir as entrevistas em um setor, outros recenseadores eram destinados a fazer esse mesmo setor até concluí-lo. Teve local que foram 3 recenseadores diferentes devido à dificuldade das pessoas entenderem a necessidade de receber o IBGE e de conceder a entrevista. A não conclusão de um setor exigia a abertura de uma auditoria, pois, quanto mais pessoas trabalhavam no território, tinha que se fazer a contabilidade para pagamento destes recenseadores e investigar o que estava acontecendo. E todo mundo trabalhava mais principalmente os coordenadores, pois esta parte nós não tínhamos como auxiliá-los, apesar de estarmos mais cientes de cada pendência, cada localidade, cada cidadão que não tinha respondido. Eles tinham que descobrir por si só, o que estava acontecendo naquele setor que estava com tanta dificuldade, muitas vezes, a gente não sabia que, em determinado setor, tinha sido aberta auditoria e, mais uma vez, se fazia o trabalho que alguém tinha tentado fazer sem sucesso. Quando eu conseguia um pouco de tempo eu fazia um pequeno relatório antes de fechar os meus setores e passava para o coordenador(a), era como se fosse uma pequena investigação das residências que eu não tinha conseguido fazer, isso ajudava a decifrar algumas pendências.

Quando circulava desinformação nas redes sociais durante a semana, o local tornava-se mais difícil para as pessoas entenderem. Quando a resistência em receber o recenseador era muito grande, o trabalho era realizado por um recenseador junto com o supervisor. Muitas vezes tive que pedir socorro aos meus queridos Agentes Censitários Supervisores (ACS), que precisaram deixar de fazer seu trabalho para nos auxiliar. Então o trabalho deles também ficava atrasado, era pagamento que não tinha sido baixado, setores que não tinham sido revisados, e e-mail e mensagens que eles não podiam responder, auditorias que não conseguiam finalizar e as outras coisas da vida daquela pessoa, porque era uma cadeia de produção como uma empresa mesmo. “O Agente Censitário Supervisor (ACS) será a pessoa que supervisionará o trabalho de uma equipe de Recenseadores, orientando e corrigindo falhas, assegurando, assim, qualidade dos trabalhos”. (Manual do recenseador, 2022). Era um serviço que tentávamos fazer com o máximo de minúcias para que não houvesse duplicidade e para garantir a confiabilidade dos dados. Nós, equipe de recenseadores, ACS e Agente Censitário Municipal (ACM) sabíamos como era importante este trabalho.

Este foi um censo muito importante porque inovou, buscando informações sobre pessoas com deficiência física e intelectual, sobre autismo e também por causa da pandemia de Covid-19, sendo registradas informações sobre o número de pessoas que faleceram.

A realização do Censo foi com um atraso de dois anos e houve muita luta para que ocorresse, pois não havia sido destinada verba suficiente para a sua realização. Foi necessário o Estado do Maranhão requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o Censo fosse realizado, já no ano de 2021, argumentando que a falta de dados sobre a população causaria dificuldade para a formulação e a execução de políticas públicas (BRASIL, 2021). Mesmo com a decisão do STF favorável à realização do Censo, foram destinados poucos recursos e faltou divulgação em todas as mídias, indicando a criação intencional de obstáculos pelo poder público. Além disso, a circulação intencional de desinformação na Internet, confundiu, atrapalhou e atrasou a pesquisa.

As pessoas, que não estavam envolvidas com o trabalho e não acompanhavam as notícias através dos jornais, ou aquelas que nunca realizaram alguma pesquisa para fazer um trabalho, ou um TCC, não compreendiam porque perguntas que pareciam bobas, seriam tão importantes.

Muitas pessoas não compreendiam que as informações do Censo eram individuais, mas que seriam usadas para criar políticas públicas para o coletivo, que um conjunto de dados informados se transformam em fatos estatísticos. Precisava explicar que os dados individuais coletados pelo IBGE não são transferidos para outro órgão do governo, “A Lei Federal nº 5.534/1968, modificada pela Lei Federal nº 5.878/1973 e regulamentada pelo Decreto nº 73.177/1973, assegura aos informantes das pesquisas realizadas pelo IBGE o sigilo das informações prestadas”. Mas o Art. 1º também prevê que “Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística” (BRASIL, 1967).

De acordo com o artigo 1 da Lei nº 5.534/1968, as informações obtidas são sigilosas e “[...] usadas exclusivamente para fins estatísticos [...]”. Muitas pessoas pareciam temer a possibilidade de estar sendo realizada uma averiguação por órgãos como a Receita Federal, um banco ou o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de sua localidade, não queriam responder perguntas com medo de perder os auxílios que recebiam do governo, isso para pessoas de baixa renda. E as pessoas de mais poder aquisitivo pareciam ter medo de precisar pagar mais impostos, como o imposto de renda e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Além de as pessoas não terem recebido informações sobre as finalidades do Censo, também estavam expostas à desinformação e isso atrapalhou demais nosso serviço como recenseadores. As informações falsas na internet circulam mais rápido do que as informações disseminadas em outros órgãos da mídia como telejornais e programas de rádio.

Circulam nas redes sociais mensagens que afirmam que agentes do IBGE que trabalham no Censo 2022 perguntam sobre quantos quartos e banheiros a pessoa tem no domicílio para que a informação seja usada no futuro para que o imóvel seja compartilhado com famílias sem-teto a depender do resultado da eleição de 2022. IBGE desmente mensagens falsas com esse teor. Objetivo das perguntas é avaliar as condições de vida e acesso a saneamento e embasar políticas públicas em locais que precisam de melhorias. Dados individuais são sigilosos. (DOMINGOS, 2022, documento eletrônico, s/p.).

Nessas mensagens que circularam na Internet, havia referência a perguntas específicas do Censo com o objetivo de confundir a população quanto aos objetivos da pesquisa. Essa mentira especificamente mexia com o medo das pessoas de perderem os seus bens e ou benefícios. São mentiras que evocam temores associados à Revolução Russa de 1917 e à Revolução Cubana de 1953. Mas elas têm uma base concreta de experiência que foi o confisco de dinheiro que as pessoas tinham no Banco em 1990, quando o governo de Fernando Collor reteve depósitos da Poupança. Escutei referência a esse confisco de cerca de três pessoas idosas que falaram do medo de precisar dividir o

terreno onde moravam por iniciativa do governo. Quando escutei esses comentários, lembrei da experiência de minha mãe, técnica em enfermagem, que trabalhou muito nessa época, porque muitas pessoas enfiaram, ao perderem suas economias depositadas em bancos.

Outra mentira divulgada, visava assustar as pessoas indicando o risco de um assaltante se passar por recenseador, fazendo circular a imagem, abaixo, com a logomarca da polícia militar de São Paulo, dando uma aparência oficial à mensagem:

Figura 1 - Foto que circulou na Internet durante a coleta de dados do Censo 2022 assustando a população.



Fonte: GONÇALVES, 2022.

Embora recenseadores trabalhem uniformizados e identificados com o crachá do IBGE, a mentira anterior gerou desconfiança e medo na população, inclusive porque na foto há referência ao crachá, retirando a credibilidade e confiança que o uniforme e o uso do crachá pretendiam garantir.

Uma outra mentira tinha como público alvo os beneficiários do Programa Bolsa Família. Ela circulou na mesma época em que estava sendo anunciado o recadastramento dessas pessoas (LEMOS, 2023), a fim de identificar situações irregulares. As mentiras confundiram a população sobre dois processos oficiais distintos de coleta de informações. Por causa dessa confusão a Secretaria de Comunicação do Governo Federal lançou o seguinte esclarecimento:

#### CENSO 2022

É falso que agentes do Censo 2022 estão fiscalizando quem recebe BolsaFamília. As respostas dadas ao questionário do Censo não têm relação com o direito ou não de estar em programas de benefícios sociais (BRASIL, SECOM, 2023).

Durante as visitas, eu tive a impressão de que as pessoas estavam deixando de acompanhar os telejornais, seja porque o que elas queriam ouvir não era comunicado, seja porque o que escutavam não as agradava. Penso que nem todas as pessoas sabiam filtrar,

compreender, analisar o que estava sendo dito. Mas também acredito que os jornais e a internet também tiveram responsabilidade na desinformação por darem mais destaque a notícias violentas do que a informações sobre o Censo e seus benefícios.

Recenseadores do IBGE enfrentam fake news, recusas e ameaças durante coleta. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelo Censo, os agentes vêm encontrando dificuldades para ingressar em prédios e condomínios, especialmente os de renda mais alta. "Tem pessoas que se recusam a receber os recenseadores. Associam o Censo à política, a golpes. Isso dificulta nosso trabalho, apesar de estarmos identificados". (VIECELI, 2022, documento eletrônico, s/p.).

Era um desafio diário superar a desconfiança em relação à necessidade de visita pela recenseadora. Muitos tinham receio de ser vítima de um estelionato. Para diminuir a resistência, a entrevista do IBGE poderia ser feita pelo interfone, ou no portão da casa, sem a necessidade de entrar no domicílio. Quando a pessoa não queria atender, deixava-se uma folha de recado informando que a resposta ao Censo poderia ser feita pela internet, mas tinha um entrave, tinha que ser feito antes um pré-cadastramento, que gerava uma espécie de aviso/protocolo que informava no meu computador e no da central que aquela pessoa possivelmente faria pelo computador, mas, quando o solicitante não respondia o questionário dentro do prazo estipulado que era de 7 dias corridos, esta residência ficava pendente no meu computador, e na central ficava bloqueado, então, eu teria que retornar novamente e, nesse caso, a entrevista teria que ser feita somente no meu computador. Quando começava a explicar, a pessoa acabava desistindo até mesmo desse recurso, pois, este tipo de informação com esses detalhes não era dito para a população em nenhum jornal ou propaganda direcionada ao Censo.

Observa-se que os tipos de desinformação que eram disseminadas pareciam ser planejadas para atingir públicos específicos. A primeira era dirigida a quem vivenciou o confisco da poupança em 1990, então, esta deixava pessoas mais idosas irredutíveis. A segunda, evocava o medo de assalto, está mexia com toda a população e, a última, era dirigida à população de baixa renda que depende do benefício da bolsa família. Assim, os tipos de desinformação disseminadas, não pareciam aleatórias, mas planejadas intencionalmente para inviabilizar a produção de dados estatísticos sobre o país.

Muitas vezes, eu precisei, primeiro, dizer que não eram perguntas relacionadas à eleição. O governo fez tanto descaso do trabalho do Censo que, às vezes, conversando com as pessoas visitadas, parecia que eu estava ouvindo o próprio presidente da época falando, com críticas mirabolantes e teorias infundadas em relação ao próprio trabalho do governo. Como uma pessoa consegue tanto poder, de influenciar a opinião pública com tanta facilidade, mesmo quando suas idéias são claramente contestáveis ou infundadas? Nos dias das eleições (sábado e domingo), todos recenseadores foram orientados a não trabalhar, poderia ser mais perigoso do que nos dias que antecederam a votação. Era uma proteção tomada pelos dirigentes e, se a gente não quisesse trabalhar na segunda, após as eleições, tudo bem. Vê o nível a que chegamos, a pessoa não poder trabalhar por medo de sofrer uma retaliação das pessoas, caso o governante de sua preferência não fosse o escolhido.

Nesse contexto, eu já chegava no local de trabalho com o seguinte pensamento (principalmente se fosse uma localidade com rua asfaltada e casa de padrão médio): “O que eu ouvir, a mim não atinge”, ou, “não dê sua opinião e não tenha posição, guarde para si”, ou, “fique calada, por mais mirabolante que seja a teoria conspiratória que ouvir hoje”, ou, “não ria, seja uma pessoa com credibilidade, seja séria”. Foi um outro tipo de medo, eu tinha medo de dar minha opinião, de mudar a face do rosto ou fazer qualquer tique que pudesse interagir com o pensamento retrógrado da pessoa. Para ficar mais fácil eu concordava com os dois lados, tanto da direita governamental, quanto da esquerda.

### **5.2.1 Por que tem essa pergunta sobre o acesso à água no Censo?**

Uma pergunta que gerava muita resistência, logo no início do questionário, era sobre o acesso à água potável e ao escoamento de esgoto da residência. Essa pergunta gerava temor por causa de uma determinação da companhia de água e da prefeitura da cidade que proibia o uso de poço artesiano e, por essa razão, muitos questionavam o motivo de o Censo também fazer essa pergunta sobre saneamento. O modo de obter a informação era pela explicação de que o governo tem a obrigação de proporcionar saneamento básico aos habitantes do município e, portanto, o Censo visava produzir dados para definir os locais que precisavam de atendimento por políticas públicas. Um exemplo da importância do saneamento básico é discutido a seguir.

Em um dos territórios que trabalhei, as pessoas estavam muito arredias, quando eu tinha que perguntar sobre como era o fornecimento de água limpa na residência, e como era o tipo de esgoto, teve pessoas que achavam que o Censo estava sendo feito pelo governo para investigar a quantidade de poços artesianos que tinha uma região. Eu não sabia que estava tendo proibição para a utilização da água de poço, e isso revoltou demais a população, porque a pessoa teria que ter gastos com novas instalações de água e ser cobrada por uma coisa que ela tinha no quintal.

De maneira nenhuma foi passado para nós recenseadores esta questão de averiguação, mas o que era importante, era saber se as pessoas tinham água limpa, e como elas obtinham esta água, se vinha da companhia de abastecimento, da chuva, de açude, de cisterna e se tinham saneamento básico em sua rua. Devido a tanto questionamento, eu comecei me perguntando o que é saneamento básico.

A Lei nº. 11.445/2007 considera o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Internacionalmente integra um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030. É o Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. (Sudene 2020, documento eletrônico, s/p.).

A maioria das pessoas não fazem ideia se têm ou não saneamento básico, e se o serviço é prestado direito em seu bairro. Se o esgoto não está escorrendo pela rua, para elas é sinal que o esgoto está tendo um destino regular, mas quando eu perguntei isso num

bairro onde era certo que o destino do esgoto era um córrego ou valão, algumas pessoas teimavam em dizer que tinham saneamento básico, pois seu esgoto estava encanado para cair direto no valão, mas será que isso era certo?

Ter coleta de esgoto não é o mesmo que ter tratamento. Muitas vezes o esgoto é apenas afastado de uma residência e despejado diretamente na água. Esse caso retrata um sistema de esgotamento sanitário incompleto ou implantado de forma parcial. Para esse sistema estar funcionando plenamente, ele deve ser composto por diversas tubulações e instalações destinadas a realizar a coleta, o transporte, o afastamento, o tratamento e a disposição final do efluente tratado. Estações elevatórias de esgoto e estações de tratamento fazem parte desse processo. (BRK, 2023, documento eletrônico, s/p.).

A maioria das pessoas não tem noção do que é saneamento básico, que não é só ter o esgoto dentro de um cano. Mas não houve uma explicação por parte da companhia de saneamento para as pessoas, do porquê não usar a água do poço, só a proibição, então, quando a gente chegava e perguntava “Como é a captação de água em sua residência?” Quem tinha poço vinha com 4 pedras na mão, perguntando porque eu estava querendo saber isso, era uma das primeiras perguntas e as pessoas já ficavam desestabilizadas.

Eu passava uns 10 minutos explicando o porquê desta pergunta, tudo era um convencimento. Por exemplo, a residência tem uma fossa dentro do quintal, mas esta fossa não é séptica, pois não está vedada com lona ou outro material impermeável, então, a água deste esgoto pode escorrer para o lençol freático, e se a pessoa tiver um poço no mesmo quintal ela está bebendo água contaminada com o esgoto, por isso que a companhia de saneamento, está fazendo obras de canalização como parte do Programa de revitalização da bacia urbana, onde a pessoa tem que fazer o encanamento de esgoto, ir direto para a rede de captação de esgoto.

Cerca de 39,7% dos municípios brasileiros não têm serviço de esgotamento sanitário,[...]. O estudo também aponta que esses serviços são distribuídos de forma desigual entre as grandes regiões do país. [...] . “A gente pode observar pela série histórica que houve um avanço no esgotamento sanitário, mas ainda é incipiente. Para o total do país, em 1989, 47,3% dos municípios tinham o serviço e em 2017 somente 60,3% alcançaram esse patamar”, afirma a gerente da PNSB, Fernanda Malta. (CABRAL, 2021, documento eletrônico, s/p.)

A pergunta do Censo era “para onde vai o esgoto do banheiro”, e as alternativas: rede geral, fossa séptica ou rudimentar, valas, ou outra forma. A pergunta se referia a uma característica do domicílio, não tinha como objetivo demonstrar a percepção que a população tem referente ao saneamento. Mas, durante a entrevista, ocorria essa dificuldade, pois quando eu perguntava: sua fossa é impermeável, fora feita com lona, ou caixa d’água? Muitas pessoas não sabiam responder, pois nunca tinham sido orientadas para construir uma fossa, ou a casa era tão antiga, e isso é uma obra tão dispendiosa que a pessoa nem cogitava em arrumar. Era uma pena que o poder público não elucidou a população sobre o objetivo da pergunta do Censo sobre saneamento básico, pois, o desconhecimento sobre o objetivo da pergunta causava respostas com informação errada, por falta do conhecimento, e isso possivelmente interferiu nos números finais.

Além do Censo também é realizada uma pesquisa chamada Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), em que a última foi realizada em 2017 e divulgada em 23 de agosto de 2021. Esta pesquisa é mais profunda e bem complexa. Algumas perguntas dessa pesquisa eram iguais às que eram questionadas no Censo 2022, acho que para que houvesse uma atualização dos dados. Na pesquisa, realizada em 2017, um dos resultados é o seguinte: “Apenas 62,8% dos municípios brasileiros tratam o esgoto” (CABRAL, 2021, documento eletrônico, s/p.).

Quanto à proibição da utilização da água de poço, o “STJ mantém a proibição de outorga (aceitação) de exploração de poço artesiano para consumo humano em local onde há fornecimento público de água.” (STJ, 2017, documento eletrônico, s/p.). Então tem gente que bebe da água do poço, porque acha melhor do que a da empresa pública, e não faz ideia do risco que pode estar correndo por falta de orientação na construção das fossas, só existe uma imposição e uma proibição, sem elucidação da população sobre os riscos.

Era nesse contexto de proibição legal do uso de água de poço e de desinformação sobre o Censo que era preciso obter respostas sobre acesso à água e destinação do esgoto. Portanto, o contexto era extremamente desfavorável à realização da pergunta e à obtenção de uma resposta fidedigna. E mais do que isso, o temor de uma multa, tornava a população resistente em receber a recenseadora e em responder essa pergunta. E essa não era a única pergunta que gerava desconforto, a pergunta sobre autodeclaração étnico-racial também produzia incompreensões.

### **5.2.2 Algumas pessoas não gostam de falar, refletir sobre sua cor**

Em contexto de racismo estrutural, a pergunta relacionada à identificação étnico-racial causava estranhamento. Muitas pessoas não sabiam responder, diziam que nunca tinham pensado nisso, ou que a pergunta era só pra “criar mimimi”. As pessoas brancas manifestavam desprezo pela pergunta e pela produção desse tipo de informação.

Mas havia aquelas que pareciam não ter refletido sobre o próprio pertencimento étnico-racial e que precisavam saber o que o IBGE considerava como autodeclaração étnico-racial. No aplicativo do IBGE, tinha uma aba com a informação de como era considerada a etnia/cor de cada pessoa. Por exemplo, quando a pessoa achava-se parda, a descrição dessa categoria no aplicativo era: “Para a pessoa que se declarar parda ou que se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e indígena.” (Manual de Entrevista, 2022, p 43).

Mas, às vezes, isso não ajudava muito, pois não explicava a importância de saber o pertencimento étnico-racial e a cor da população para a definição de políticas públicas. E isso não era muito bem informado no treinamento, a questão de raça e cor é difícil em todos os lugares dentro do Brasil (e no mundo). Muitas pessoas diziam que isso era bobagem (sempre quem dizia isso eram brancos com melhor poder aquisitivo), mas a pessoa negra com melhor instrução e condições financeiras sempre respondia muito bem e sabia seu devido valor dentro da sociedade, e não gostava quando eu lia ao pé da letra o que estava escrito no quesito, “preta”, pois isso é cor (como lápis de cor preto) e não o conceito social.

Esses dois conceitos (raça e etnia) são confundidos inúmeras vezes, mas existem diferenças sutis entre ambos: raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele, e etnia também compreende fatores

culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo. A despeito da ampla utilização do termo "raça", cresce entre os geneticistas a definição de que raça é um conceito social, muito mais que científico (SANTOS et al., 2010, p. 121 e 122).

[...] A humanidade nasceu na África, Então todos nós, seres humanos, somos afro-descendentes, isso do ponto de vista científico e não social. [...] Os humanos têm melanina na pele por proteção, (nariz largo e cabelos crespos também, para viver em zonas tropicais. A humanidade originou-se em zona tropical.) (Cutí, 2010, p.1-2)

O IBGE não fornece uma definição muito elaborada para a categoria preta, quando a pessoa se sentia incomodada com a palavra preta ou confusa pois achava sua cor pálida (amarela), eu ficava muito desconcertada, e dizia que não havia atualização dos termos há muito tempo. ( Desde 1991 as categorias são mantidas, para garantir “a comparabilidade dos resultados” (Manual de Entrevista, 2022, p 43).

Caso a pessoa solicite que você explique alguma das opções de “cor ou raça”, leia as definições para cada opção, clicando na função Ajuda referente a cada uma.

Se você ler as opções, vai ganhar tempo! Isso ajuda o informante a usar uma das 5 (cinco) alternativas oferecidas (Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena) em vez de outra qualquer (Manual de Entrevista, 2022, p 43).

Figura 2 - Definições de raça/cor.

COR OU RAÇA	DEFINIÇÃO
<b>1 – Branca</b>	Para a pessoa que se declarar branca.
<b>2 – Preta</b>	Para a pessoa que se declarar preta.
<b>3 – Amarela</b>	Para a pessoa de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana, etc.
<b>4 – Parda</b>	Para a pessoa que se declarar parda ou que se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e indígena.
<b>5 – Indígena</b>	Para a pessoa que se declarar indígena ou índia. Esta classificação se aplica tanto aos indígenas que vivem em terras indígenas, como aos que vivem fora delas, inclusive em áreas quilombolas.

Fonte: Manual de Entrevista, 2022, p 43

Nota-se que no Manual de Entrevista do IBGE, para o quesito 3, a definição é assim - “para pessoa de **origem oriental**: japonesas, chinesa, coreana, etc”, e concordo com a pessoa que se incomoda com uma definição tão simplória - “Preta - para a pessoa que se declara Preta” (Manual de Entrevista, 2022). Alguns entrevistados consideravam que seria necessário haver uma correção do termo e da definição, porque não poderia mais estar preto e sim escrito - Negro - para a pessoa de origem afrodescendente, compreendendo e respeitando a nossa ancestralidade, a nossa origem e a formação histórica do Brasil. O país é formado por vários povos, então porque a origem do outro é mais relevante do que a

origem dos negros. Por que a origem africana é sempre subjugada e humilhada, o que parece acontecer até mesmo na categorização de uma pesquisa do IBGE?

Não quero me estender na discussão da categoria dos pardos, mas, considerando a dificuldade da população em escolher entre as alternativas, acredito que seria preciso aperfeiçoar também essa definição. Nós temos uma infinidade de pardos no Brasil, pardo não é só o descendente de negros e brancos, são também os descendentes de brancos com povos indígenas, de negros com indígenas, de asiáticos com negros, de árabes com negros, de árabes com indígenas, árabes com brancos, etc. é uma mistura infinita.

[...] na perspectiva de Quijano (2005) encontra-se que antes do descobrimento da América a ideia de raça em seu sentido moderno não era conhecida. Essa ideia talvez tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados e foram construídas supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. [...] desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial". Isto é, "raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população". (QUIJANO, 2005, p. 117 apud SILVA, 2021, documento eletrônico, s/p.).

O Brasil é um país miscigenado, que recebeu e continua a receber povos de todos os lugares do mundo, às vezes chega a ser vergonhoso, para quem precisa fazer essa pergunta do Censo, de um órgão tão conceituado como o IBGE, lidando com um povo tão misturado, ter as alternativas que para alguns entrevistados parecem mal formuladas ou dúbias. Por outro lado, seria impossível fazer uma análise estatística que detalhasse cada um desses casos específicos. Além disso, o argumento da comparação com os Censos anteriores é muito relevante para análises longitudinais sobre as mudanças na população.

[...] A partir do primeiro recenseamento do Brasil, no ano de 1872, se firmou um sistema de classificação da cor no país, utilizando as seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. [...] Vale ressaltar que de acordo com o IBGE (2010), a estrutura da população mudou em relação aos últimos Censos em termos de cor ou raça, com destaque para uma maior proporção das pessoas que se autodeclararam como pretas e pardas. [...].(SILVA, 2021, documento eletrônico, s/p.).

Por isso, modificar a categorização pode mesmo ser problemático, sendo necessário, contudo, repensar as definições, enriquecê-las, a fim de facilitar o trabalho de recenseadores. Esse problema é parcialmente contornado pelas instruções do Manual do recenseador (Figura 3). Mas essas sugestões não diminuem a dificuldade enfrentada no momento de recolher essa informação, dificuldade que é devida às desigualdades e injustiças históricas devido ao racismo estrutural e à falta de educação antirracista na escolas.

[...] Raça é uma construção social que se baseia em características físicas, como a cor da pele, o cabelo e os olhos. Não existe uma base científica para a raça, e ela é frequentemente usada para justificar a discriminação e a opressão. Nos humanos, não há variação genética significativa entre as etnias/grupos que justifique o uso do conceito biológico de raça. Geneticamente, somos uma das espécies mais uniformes do planeta. Nas palavras de Schucman (2010, p. 47), o conceito de raça "não se trata de um dado biológico, mas de 'construtos sociais', formas de identidade baseadas

numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”. [...] (SILVA, 2021, documento eletrônico, s/p.).

Já a palavra etnia se refere a um grupo de pessoas que compartilham uma cultura, língua, história e/ou ancestralidade comum. No Brasil, existem muitos grupos étnicos diferentes, incluindo indígenas, brancos, negros, pardos e amarelos. Engraçado que quando as pessoas falam que são descendentes de italiano, alemão e ou qualquer outra nacionalidade elas tem orgulho de dizer, sem pensar que estas nações já fizeram coisas escabrosas, no decorrer da historia, mas para os negros, castelhanos, quilombolas, sempre tem um desconforto, um receio, ainda mais quando se trata dos filhos.

Figura 3 - Sugestões de abordagem da pergunta sobre autodeclaração étnico-racial.

MANUAL DE ENTREVISTA  
CD-1.04

**CENSO  
2022**

 **Exemplo**

E como o Recenseador deve proceder nas seguintes situações?

**1) O informante responde que sua cor ou raça é “morena”.**  
Explique que o IBGE usa as 5 (cinco) categorias mencionadas e releia as opções pausadamente.

**2) O informante insiste que sua cor ou raça é “negra”.**  
Explique que o IBGE usa apenas as 5 (cinco) categorias mencionadas, desde o Censo 1991, e peça que o informante escolha uma das opções. Jamais presume que negra é preta ou parda.

**3) O informante pede para você escolher e dá respostas como “é parecida com a sua”, “você me diz” ou “não está vendo?”.**  
Explique que esse quesito é sobre como a pessoa se considera e considera os outros moradores e, se necessário, releia as opções. Você jamais deve escolher qualquer opção no lugar do informante.

**4) O informante de pele clara responde que sua cor ou raça é “preta”.**  
Não questione a opção e assinale a alternativa “preta”.

Fonte: Manual de Entrevista, 2022, p 45

Assim, visando contornar as dificuldades eu tentava ter habilidade, humor para não deixar a pessoa mais irritada. Quando você não sabe responder sobre sua própria etnia, quando não se posiciona, a coisa fica um pouco pior. Eu tive que me munir de saberes, de uma coragem que eu não sabia que tinha, quando me perguntavam, eu dizia - “eu sou negra, meu avô era negro gago, casado com uma italiana brava, que nasceu dias antes de embarcar pro Brasil, outro, era holandês fugido da guerra, pessoa ruim que só, única coisa boa que ele fez foi minha mãe, uma “rapadura que é doce, mas não é mole não”, em todos os sentidos. Minha avó, casada com este holandês e minha bisavó, eram indígenas, sou uma mistura “maluca”. Tinha que usar o humor e tentar desarmar meu “oponente”.

Muitas vezes, as pessoas me perguntavam para saber se podiam responder igual a minha cor, mas minha resposta era muito doida, e eu avisava, que eu não era o melhor exemplo de etnia, a gente não podia influenciar. Muitos riam com o riso solto (gostoso), quando eu me declarava dessa forma (por Deus, eu dizia igualzinho o que está lá em cima).

Tinha dias, que era necessário ter uma dose extra de paciência, respirar fundo para poder atender algumas pessoas que vinham com alguma ironia ou teoria da conspiração quanto à etnia. Tinha gente que não queria responder, dizendo que era uma pergunta idiota, e ficavam irredutíveis, outras, se ofendiam com o quesito “preto”. Mas eu não podia mudar esta questão, não tinha sido eu quem escolheu as palavras dos quesitos. As pessoas não sabiam que nenhuma questão ficava sem resposta, nem eu, pois, quando chegou nos últimos meses, houve a recoleta, e tudo e todos que tinham ficado pendentes, recebiam novamente outro recenseador, que ia até a casa da pessoa, quantas vezes fosse necessário para ser atendido. Esta questão me rendeu boas conversas e desabafos sobre as perguntas que estavam sendo feitas no Censo, pois tinham muitas perguntas que eu não tinha como saber para que servia e nem tempo pra responder pra todos em mínimos detalhes, eu não sabia dos pormenores de todas as perguntas.

Muitas pessoas como mulheres negras, pobres e com baixa escolarização, com filhos de cor mais claros, “brancos”, mas com traços negros, como cabelo, boca, nariz, muitas vezes, diziam que eram brancos e não pardos como me parecia que deveriam ser considerados. Sempre surgia uma dúvida na cabeça desse ser humano, para muitas mulheres esta pergunta era desconfortável em relação aos filhos, dizer que eles eram brancos era como se fosse um ato de proteção, resguardo. E nós fomos orientados a nunca questionar ou mudar ou tentar explicar qualquer posicionamento da informante, por isso, acho que pode ter ocorrido casos de subnotificação quanto à quantia de pessoas negras no Censo. A maioria que eu entrevistei foram mulheres, os homens perguntavam para as esposas e, quando elas não estavam, viam isso no registro de nascimento dos filhos.

[...] como princípio o respeito à declaração do informante sobre a sua identificação étnico-racial e a dos demais moradores do domicílio. Esta não pode ser em momento algum questionada pelo(a) Recenseador(a) (Manual de Entrevista, 2022, p. 41).

Apesar da minha declaração étnico-racial ser realizada de forma bem-humorada, era uma das perguntas que eu mais respeitava. E não havia titubeação quando uma pessoa, que não era a declarante, se posicionava e alegava não estar satisfeita com o que a mãe estava dizendo, porque esse jovem me parecia mais esclarecido. Eu procurava conversar e convencer a família que a cor, etnia e raça é como ela (filho) se vê, se enxerga como pertencente a um grupo étnico-racial da sociedade, seu pertencimento como ser humano. A pessoa, filho, desde que fosse maior de 12 anos, tinha o direito de responder esta questão e tinha que ser respeitada. E eu tinha que colocar o que aquela pessoa estava declarando. Nos primeiros meses do Censo, de agosto até outubro, eu tinha muito medo de receber advertência, eu não sabia se a conversa era gravada ou não, e se houvesse uma supervisão/averiguação por parte do meu supervisor. Ele perguntava se eu tinha sanado todas as dúvidas das pessoas que estavam no momento da entrevista. Graças a Deus, nunca ninguém falou mal do meu trabalho para os responsáveis locais pelo Censo, ao contrário, pelo menos era isso que meu supervisor me informava.

As informações que buscam relacionar pertencimento étnico-racial, renda e as condições das moradias, são fundamentais para o planejamento de políticas públicas como as que buscam garantir direitos, como o direito à Educação, à moradia digna e à alimentação saudável, no intuito de promover a igualdade, combater discriminação e a promoção da justiça social. No caso específico dessa pergunta sobre pertencimento

étnico-racial é evidenciada a importância de uma educação antirracista e do desenvolvimento de práticas pedagógicas de valorização da história e das culturas africana, afrobrasileira e indígenas.

A dificuldade para perguntar sobre a autodeclaração etnicoracial, decorria não somente da simplicidade das definições disponibilizadas pelo IBGE, mas principalmente do racismo.

Racismo é uma das consequências inimagináveis de violência, tortura, morte e perversa exclusão. Isso porque racismo implica em crença, dominação e ódio. E existe porque existe gente que acredita nele e desenvolve dentro de si os preconceitos (ideias, sentimentos e emoções) contra o diferente e acabam praticando a discriminação.

A prática do racismo desagrega a sociedade e impede seu potencial humano de se manifestar plenamente. E o Brasil precisa de coesão do seu povo para ter equilíbrio social e prosperidade sustentável. A prática do racismo usa como principal arma a humilhação dos negros.[...] (CUTI, 2010, p. 1-3).

Gomes (2017) destaca as alternativas propostas pelos movimentos sociais negros e indígenas questionando os currículos escolares eurocêntricos. Ela também indica a necessidade de a Educação desvelar o racismo, com foco nas relações de poder. A autora destaca a importância de políticas públicas que já foram implementadas garantindo o acesso da população negra e indígena às universidades. Assim, a reserva de vagas em instituições públicas de educação superior e em concursos públicos para esses segmentos, assim como a inserção dos conhecimentos desses povos nas aulas são importantes para enfrentar o racismo. Gomes (2017, p. 67) pergunta: “[...] o que os currículos educacionais têm a aprender com os processos educativos construídos por movimentos sociais negros na América Latina?”. Ela considera os saberes desses povos como emancipatórios, formas de conhecer o mundo, “[...] um tributo ao investimento intelectual, político, de vida e, de outro, trajetória persistente e tensa construída por tantos militantes do movimento negro”. (GOMES, 2017, p. 67). A autora acrescenta: “podemos dizer que consideramos que a comunidade negra e o Movimento Negro produzem saberes, os quais se diferem do conhecimento científico, mas em hipótese alguma podem ser considerados menos saber ou saberes residuais”. (GOMES, 2017, p. 67).

### **5.3 Vida precária**

Numa sociedade desigual e racista como a brasileira, quem vive em condições mais precárias por causa do desemprego ou do subemprego mal remunerado, geralmente, é a população negra. Assim é altamente relevante se posicionar frente ao racismo estrutural relacionado à insegurança alimentar.

As observações realizadas sobre a precariedade das condições de vida da população periférica de uma cidade da região metropolitana indicam a necessidade de, para garantir o direito à Educação, apontar a importância de a escola fornecer refeições saudáveis para os estudantes. Seria muito importante para uma grande parcela dos alunos, receber, no mínimo, três refeições, uma na chegada na escola, outra no meio do turno e outra antes de ir embora para casa. Por exemplo, no turno da manhã, café da manhã,

lanche e almoço. E no turno da tarde, almoço, lanche e jantar. A alimentação escolar aumentaria a disposição para a participação nas atividades e até a concentração necessária à aprendizagem. A escola é uma parte importante da rede de proteção à infância e à juventude. E também é importante para estudantes jovens e adultos trabalhadores do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos cursos técnicos de nível médio, pois, esses estudantes, muitas vezes, deslocam-se da escola para o trabalho e vice-versa sem tempo e recursos financeiros para realizar uma refeição saudável na rua.

Tem que haver um trabalho de conscientização da diretoria, professoras e professores, servidores, incluindo a responsável por preparar e servir a merenda da escola, pois, quando uma criança, um jovem ou adulto repete a alimentação, não pode ocorrer a ironia, a negação, a ridicularização deste estudante. A funcionária pode estar reproduzindo o racismo quando diz: “Este moleque esfomeado”, ou algo do tipo. Esta pessoa, às vezes, não enxerga o racismo que está em sua fala, isso pode levar o estudante a não comer ou a ficar com vergonha. A funcionária pode não saber das dificuldades que os estudantes passam em sua casa ou no trabalho, por isso, é importante uma conscientização de toda a equipe escolar, alertando para a necessidade de acolhimento a todas as crianças, sem distinção socioeconômica, de raça, credo, gênero, condições de saúde, entre outras. Deve-se sempre enfatizar que “a merenda/refeição é o bem mais precioso dentro da escola” (KAERCHER<sup>2</sup>, 2023), pois tem muitos responsáveis e familiares que não estão conseguindo suprir a necessidade da família em garantir uma refeição equilibrada ou, no mínimo, adequada. Muitos estão vivendo dentro da linha da pobreza ou até da miséria extrema, principalmente nos bairros mais pobres do Brasil, as políticas não estão sendo suficientes e, talvez, nunca serão, para suprir as muitas necessidades.

### **5.3.1 A responsabilidade doméstica dos Irmãos mais velhos**

Conforme já mencionado, durante a realização de visitas domiciliares, me deparei com crianças que são responsáveis pelos cuidados da casa e de irmãos menores. Considero que o poder público, incluindo a escola, não pode esquecer das crianças que, embora contem com uma pessoa adulta responsável, mães e/ou avós solos ou não, que trabalham fora, embora ainda sejam crianças, precisam assumir a responsabilidade pela criação dos irmãos mais jovens. As famílias, nessa situação, também precisam de apoio. Mesmo reconhecendo que possam existir algumas mães que escravizam suas filhas nos trabalhos domésticos, é importante que essas famílias recebam apoio do Estado.

Escolhi para relatar um episódio ocorrido em uma localidade muito próxima a um valão, que é uns dos bairros mais pobres dos setores que eu visitei, porque esta história, embora seja de apenas uma pessoa, representa muitos casos que eu testemunhei. Relatarei apenas um que mostra uma certa circunstância que mexe com meu coração, pois, sendo filha primogênita, quando a gente está dentro da situação não enxergamos, mas quando vemos a realidade nua e crua é como se fosse um filme ruim que estamos vendo repetido.

Tive muitas casas que não atendiam no horário da manhã, nesse bairro, nem eu e nem outros recenseadores. Eu achei isso esquisito, num primeiro momento, achei as

---

<sup>2</sup> Comentário oral realizado pela professora Gládis Elise Pereira Kaercher, durante aula da disciplina EDU03107 - Educação e relações étnico-raciais, no semestre de 2023/1.

peessoas muito preguiçosas, mas, depois, refletindo melhor percebi que para algumas pessoas, mesmo indo à luta, as oportunidades não aparecem. E muitas, acabam desistindo, e isso ocorre por sua cor de pele, pouca formação técnica, falta de experiência profissional, ou, simplesmente, pela pessoa ser muito jovem. E, no caso das pessoas um pouco mais velhas, às vezes, falta um propósito na vida. Tem um dado do IBGE que vai medir os desalentados, aqueles que desistiram de buscar emprego. Esta pergunta está relacionada ao trabalho e à renda.

Nessa localidade, percebi que as pessoas só começavam a se movimentar depois das 13 horas. Quando eu retornava por volta das 16 horas, o bairro parecia outro, cheio de gente circulando, música tocando, crianças brincando na rua, pessoas limpando casas, enfim, era outra coisa. Numa das minhas visitas, conversei com um rapaz que estava com cerca de uns 15 ou 16 anos, que estava varrendo sua casa, colocando tapetes no muro. Achei a situação diferente, porque, na maioria das vezes, via meninas cuidando da casa. Ele estava com o som alto. Pedi pra ele conversar comigo, perguntei se a mãe ou algum responsável estava. Ele disse que os pais saiam super cedo e só retornavam muito tarde, então, entreguei a ele um bilhete informativo sobre o Censo e expliquei que ele poderia responder à entrevista do Censo, mas eu preferia fazer com o responsável. Assim, perguntei se alguém poderia me atender no domingo ou sábado.

Nossa orientação era que poderíamos fazer a entrevista com crianças a partir de 12 anos, mas mesmo que elas atendessem, assim como nesse caso, quase sempre elas não sabiam responder as perguntas, como nome completo dos irmãos, datas de nascimento de todos os familiares. Muitas, não sabiam nem mesmo as informações sobre elas mesmas. Então, eu sempre pedia que o adolescente avisasse ou pedisse autorização para os pais, quase sempre eu conseguia falar com os pais.

Voltando a nosso caso, eu perguntei a ele se conhecia a vizinha, pois ela não atendia também. Ele me informou que era uma moça que tinha acabado de ter bebê e que, nesse dia, ela tinha saído para levar a criança ao médico. Então, segui na rua, e percebi que a maioria daquelas pessoas eram adolescentes que tinham voltado da escola, ou que estavam preparando a casa para o retorno dos pais e que, depois, iam estudar à noite.

Quando eu retornei, no domingo, encontrei os pais em casa, tanto a mãe, como o pai. O pai estava sentado vendo televisão e a mãe lavando louça. E fui atendida pelo pai das crianças. Achei o máximo, pois ele não titubeou em responder o nome e as datas de nascimento dos filhos, não precisou da ajuda da esposa. Isso é muito raro, ele merece aplausos, mas percebi que mesmo com os responsáveis em casa, o guri (adolescente) estava cuidando do irmão menor, e uma outra criança estava tomando banho, porém, quem estava pedindo para ela sair do banho, era o adolescente. Percebi que ele não estava tendo folga, mesmo com os pais em casa, terminei a entrevista, agradeci e fui embora. E mais uma vez, me peguei pensando qual o tempo que esse adolescente tem para se dedicar aos estudos dele. Nessa casa, ainda tinha o pai, graças a Deus! A mãe com cabeça boa (pais aparentemente saudáveis), mas o filho mais velho ajudando demais, ele era a rede de apoio dos pais, mas quem era a rede de apoio dele?

Eu trabalhei nessa rua durante sete dias ou mais e, todos os dias, vi este menino cuidando da casa, cuidando do irmão menor, que não tinha mais que 2 anos. Num destes dias, o menor fugiu dele na hora da troca, e sentou no meio da rua, sem a roupinha de

baixo, e começou a comer terra. Corri pra não deixar, graças a deus a criança não se assustou, e levei o pequeno na porta, e vi o “Magrão” secando o cabelo da irmã. Caro leitor, agora lembrando, me veio as lágrimas, mas não romantizem, parece uma cena linda, o irmão cuidando dos irmãos pequenos, ele sendo útil para com seus familiares, mas esta pessoa está tendo uma vida de adulto que ele não escolheu, ela não teve opção, ela não teve escolha, não tem tempo para ela. Nós adultos queremos fugir deste tipo de situação e escolhemos ter um filho só por causa de toda a demanda que uma casa dá, imagina uma pessoa que ainda não está preparada, ele é só um adolescente fazendo coisas de adulto sem ter descanso, tendo maturidade que muitos adultos, às vezes, não tem.

Hoje, lembrando, me parte o coração, nos bairros mais pobres têm crianças amadurecendo muito rápido, tendo vida de adulto muito cedo, e a escola é um lugar que está em segundo plano na vida delas. Quais as oportunidades que este garoto vai ter, se ele não faz outra atividade a não ser cuidar da casa e dos irmãos, de manhã até a noite, qual o tempo que sobra pra essa criatura linda estudar?

O enfrentamento do problema é complexo. Além da pobreza que empurra ao trabalho precoce, da dificuldade de fiscalização (já que a violação se dá no ambiente domiciliar, oculta da visão pública) e da questão cultural (muitos acreditam estar “ajudando” a criança), há desinformação. Especialistas apontam que falta conscientização da sociedade sobre o Decreto 6.481, de 2008, que proíbe o emprego de menores de 18 anos em serviço doméstico (BELTRÃO, 2013, documento eletrônico, s/p.).

[...] O trabalho infantil doméstico viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer, e ainda acarreta prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral. Por ser realizado no âmbito residencial, onde não é possível uma fiscalização sistemática, expõe a criança e o adolescente a uma série de violações de outros direitos, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho até atos de violência e abusos sexuais [...] (BRASIL, 2016, documento eletrônico, s/p.).

A escola tem que ser um lugar mais atrativo, com alimentação adequada, ter período integral para estudantes de diferentes idades, com coisas legais para se fazer como aula de música, dança, pintura. Caso seja profissionalizante ter realmente maquinário na escola para que os estudantes aprendam técnicas de verdade, e não esse ensino médio sem verba para nada. As crianças e jovens precisam receber uma melhor educação, para poderem ter escolhas, poder aprender uma profissão de verdade, ter um *hobby*, porque ganhar dinheiro na vida não é tudo, é preciso ter um escape que não seja drogas, álcool e tráfico. Esse menino e várias meninas estão nessa situação, cuidando e só sabem cuidar, não têm outras experiências, não conhecem outros mundos, outros lugares, não sabem que elas podem conquistar outras coisas, mas a expectativa diante da vida é negada por falta de oportunidades. Este caso me chamou atenção e me veio às lágrimas por me enxergar nele, não estamos acostumados a ver meninos, mas ver as meninas com muitos afazeres, tem uma linha muito tênue entre “ajudar em casa” e ser escravizado, em que os envolvidos não percebem, mas porque a educação e falta de oportunidade é hereditária na população mais pobre, negra, favelada ou de vila como é chamado aqui.

Não quero desmerecer os pais que, nesse caso, ainda estão presentes, trabalhando feito loucos para poder dar o que podem aos filhos. E também não quero dizer que os adolescentes não tenham que ajudar nos afazeres domésticos, isso é importante, até ajuda a eles se sentirem importantes como membros da família, os prepara a serem organizados, a terem disciplina, quando ficam responsáveis por uma tarefa, mas vamos abrir uma outra discussão. Também podem estar nessa situação de excesso de responsabilidades domésticas, as crianças e jovens órfãos. Ninguém escolhe ficar órfão, ou ter um dos pais preso, ou viciado ou estar na linha de extrema pobreza. Mas nesse caso, aqui descrito, mesmo os dois pais trabalhando, o local onde eles moram é insalubre, é diante de um valão. Mas eles não pareciam ter outra opção. Obviamente trabalham e tentam desesperadamente fugir da pobreza, do desespero, da falta das coisas. Querem ter o melhor, coisas bonitas, uma condição de vida melhor. E, nesse processo de crescimento e amadurecimento dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e educacional, muitos são também responsáveis pela manutenção da casa. Ainda que sejam imaturos, são responsáveis pelas próprias escolhas que, às vezes, não são as melhores. Como já mencionado, onde o Estado não chega, a criminalidade infelizmente chega primeiro. As pessoas sonham em sair da pobreza, sonham em ter autonomia, em serem respeitados e nesse processo, alguns meninos são atraídos para a delinquência e algumas meninas tornam-se mães ainda na adolescência.

O Estado e a sociedade não podem pensar que porque uma pessoa já sabe o que é certo ou errado, por ela ser adolescente, ela não precisa mais de atenção primordial, ao contrário, o Estado tem que ter políticas públicas para chegar até esses adolescentes antes que seja tarde demais e não permitir que o tráfico chegue primeiro.

Durante as visitas domiciliares, observei e me comovi com a precariedade das condições de existência de crianças, adolescentes e suas famílias, enfrentei dificuldades para fazer as perguntas associadas ao saneamento básico e à autodeclaração étnico-racial, mas também percebi que a pergunta sobre um tema sensível, o falecimento de familiares, não gerava resistência. É possível que algumas pessoas sentissem necessidade de conversar sobre essas perdas. Mas também é possível que reconhecessem o valor dessas informações no contexto de inúmeras mortes decorrentes da Pandemia de Covid 19.

#### **5.4 Pergunta respondida sem recusa: os falecidos da Pandemia de Covid-19**

As perguntas sobre o número de habitantes e o número de falecidos, em cada domicílio, no período entre janeiro de 2019 e julho de 2022, eram respondidas com naturalidade, sem questionamento. Esse período correspondia ao da Pandemia de Covid 19. A partir dessas perguntas foram registradas histórias sobre as dificuldades socioeconômicas agravadas pela perda de pais e mães e também o luto vivido pelos sobreviventes.

##### **5.4.1 Avós como arrimos da família**

Em bairros mais pobres as avós são o arrimo da família, aposentadas ou não, muitas ainda estão trabalhando e o complemento da renda é a aposentadoria, que é vital para o

orçamento da família, seja ela moradora com esta avó ou não. Muitas avós são as responsáveis legais pelo netos, algumas porque um dos pais morreu na pandemia, ou os pais (pai e mãe ou apenas um deles) são viciados em drogas, então, quem está amparando/sustentando estes órfãos de pais vivos ou mortos são pessoas que estavam na linha da pobreza e passaram à pobreza extrema.

Entrevistei uma família que, no primeiro momento, o esposo não queria atender. Pediu educadamente, se eu não podia realizar a entrevista do IBGE, na manhã do outro dia, pois seria quando a responsável pela casa estaria em casa. Até então, eu não sabia que ele era o esposo, pensei que fosse uma visita, porque ele falou da responsável, tudo bem. Voltando no dia seguinte, me surpreendi com a quantidade de pessoas que havia na casa, era um sábado bem cedo, tinha uma senhora muito agitada (sabe daquelas pessoas arretadas, com a fala meio nervosa), varrendo o quintal, tinha duas meninas, uma de 17 com um bebê novinho e outra com 12 ou 13 anos. Nesse mesmo quintal, tinha uma nora com dois filhos e o marido dela, que era filho desta senhora. Durante a pesquisa com o questionário que, no caso deles, foi o questionário básico, perguntei quantas pessoas moravam naquela residência. E me surpreendi, pois todos moravam na casa, que foi dividida em frente e fundos somente por uma parede. A nora morava na casa da frente com os filhos e o marido. Os avós e as meninas moravam na casa dos fundos. Essas meninas tinham sido adotadas pela avó, pois o pai, que era o responsável legal, tinha morrido em meados do ano de 2020, durante a pandemia. Inclusive, antes de fazer a entrevista, ela perguntou se teria algum problema em colocar as meninas no Censo da casa dela, pois ela estava nos trâmites finais de conseguir a guarda definitiva das meninas. Ela estava com receio de eu ser a agente social que estivesse lá para avaliar e verificar a situação das adolescentes e estavam bem preocupados com a guria que tinha acabado de ter bebê.

Deixei bem claro o que era o Censo e como ele funcionava, expliquei para todos que estavam me ouvindo que eu era do Censo, que não tinha nada a ver com o Conselho Tutelar. E que só precisava saber se todas as pessoas que ali estavam moravam mesmo naquele pequeno terreno, que isso não iria prejudicar em nada a adoção das meninas. Eu percebi que tinha uma tensão no ar e acabei ficando tensa também. Percebi que o acolhimento destas meninas estava sendo feito por toda aquela família, que todos estavam lá para verificar o que era meu trabalho.

Depois deste breve esclarecimento, as pessoas ficaram até mais tranquilas, esta entrevista demorou mais ou menos uma hora. Na hora da pergunta sobre quem era o responsável financeiramente pela família, a família 1, dos avós, as adolescentes e o bebê ficou a avó como provedora responsável. Ela me disse que tinha voltado a trabalhar para poder ajudar na criação das netas e do bisnetinho que acabara de nascer. Já para a outra familiar (2) quem estava me atendendo foi a nora, mas o responsável que financia a família, ficou como sendo o filho (esposo) da senhora que estava me atendendo. Era uma família tão humilde que morava numa casa de madeira bem simples. A primeira casa parecia um grande galpão onde estava a cozinha e a sala junto, tinha duas portas onde presumia-se ser os quartos. A casa dos fundos era pequena espremida entre uma enorme parede da casa do vizinho, da outra rua, e, do outro lado, tinha uma construção inacabada de uma casa, que era do filho que morrera (tudo junto no mesmo terreno). E, até recentemente, quando passei em frente, ainda não foi finalizada.

Dentro da casa, tudo estava muito limpo, apesar do quintal ser de terra batida, tudo

estava em ordem, de um modo que eu senti vergonha da desorganização da minha casa. O quintal era muito fresco por causa de uma mangueira, que foi plantada ao lado da casa, e que sombreava uns bancos bons para tomar chimarrão.

Eles moram de frente para ao valão, eram muitos pobres e, a maior preocupação, não era com as contas que deveriam estar bem altas, devido a carestia das coisas e a quantidade de pessoas para alimentar, com salários tão baixos, mas o pavor no rosto da avó, o medo dos tios, que estavam me atendendo e analisando cada pergunta minha, era que as meninas e o netinho lhes fossem tirados do convívio familiar. A avó estava se desdobrando para manter a família unida, apesar das perdas. Em nenhum momento foi citada a mãe das adolescentes. O avô, senhor de idade avançada, catava recicláveis para vender, e eu não coloquei este pequeno valor junto à remuneração deles, porque eu fiquei com medo de atrapalhar alguma coisa, mas era um valor irrisório, foi a primeira vez que omiti um dado, mas não fiz isso à revelia, analisei muito bem a situação. E fiquei torcendo para que a assistente social, que eles estavam esperando, tivesse coração e percebesse o quanto aquelas menores estavam sendo desejadas e amadas, espero que elas também percebam. Esta situação me faz pensar que tem que haver uma política pública, para este órfão e mais apoio para esta família, que não são as únicas do bairro, eu entrevistei pelo menos mais duas famílias nessa situação.

A composição familiar, em muitos casos, conta com as mulheres, mães e avós, como principais provedoras, como vemos nesse caso, a tia das meninas não trabalhava e eu não pude perguntar, nem pra ela, nem para o avô (talvez aposentado, não tive certeza), se tinham mais algum tipo de renda, (porque eles teriam que pegar o questionário amostral para relacionar todos os ganhos de cada membro). Será que elas recebiam bolsa família que, na época, era só de 400 reais, mas é uma família que merecia e precisava ganhar, eles estavam acolhendo três menores e, no total, tinham 5 menores. Situações como a dessa família, me partem o coração por ver como o poder público não está cuidando da população.

Eu escrevo os textos, mas depois, analisando, eu fico numa revolta, fica difícil de ouvir “mimimi” de gente que tem melhor condição de vida, porque teve mais oportunidade. Acabei de conhecer o prefeito da cidade, que raiva desse ser humano, que não visita os locais mais pobres pra ver a realidade deles. Ele tinha que conversar com as pessoas, ver a real necessidade de cada um, e destinar uma verba ao invés de ficar reformando o gabinete dele. No último jornal do comércio, ele tinha destinado 7 milhões para o gabinete, eu fiquei horrorizada, que raiva, ainda bem que sou da paz. Estas pessoas foram entrevistadas um pouco antes de começar a campanha das eleições.

#### **5.4.2 Luto - As mortes da pandemia**

A pergunta sobre falecimento era uma das mais importantes no Censo de 2022, tanto que ela constava nos dois questionários, o básico e o amostral, e a data de referência para o registro das mortes era de janeiro de 2019 a julho de 2022, um ano antes de aparecer o primeiro caso de covid-19 no Brasil.

Era uma das poucas perguntas (era a última da pesquisa), que eu não precisava dar explicações do porque estava sendo perguntado. Mas isso porque estávamos saindo da pandemia e as pessoas querem externar sua dor, suas preocupações diante do futuro, pois,

muitos pais ficaram sem o único filho que poderia ampará-los na velhice. Após ouvir os relatos dessas pessoas, elas sempre ficavam mais abertas a conversar e se eu precisasse corrigir alguma coisa, ou entender melhor a situação ficava mais fácil.

Quando houve a coleta de dados, foi solicitado a verificação em um bairro, pois havia 40 casas vazias (domicílio particular permanente vago) em um território com apenas seis quadras. Esse território foi passado para mim no começo de março de 2023, quando começou o encerramento do Censo, era uma verificação da verificação.

O primeiro recenseador fora há esse setor provavelmente próximo a dezembro de 2022 ou janeiro de 2023, então, poderia ser que as pessoas estivessem de férias ou preparando as casas para as férias de verão em outra localidade, como na praia, talvez por isso não houve atendimento a esse recenseador. Essa era a orientação e justificativa que minha coordenadora teve para reabrir o setor novamente.

O que fora verificado é que nos endereços existiam duas situações: uma, as casas pertenciam a familiares, por exemplo, às vezes, a casa da frente era dos filhos, e a casa de trás dos pais, e sempre uma delas estava vaga/vazia, pois, nos últimos três anos, as pessoas tinham falecido na pandemia ou um pouco antes dela. A outra situação é que as casas em que existia apenas uma construção estavam abandonadas ou à venda, ou eram de aluguel, e quando perguntado aos vizinhos, ou a algum parente que cuidava da residência, muitos relataram que os moradores tinham falecido, e que os filhos tinham colocado a casa para vender ou alugar. Como esclarece Paiva (2023), as casas vazias podem decorrer também da migração de habitantes que se transferem para outras localidades em busca de emprego ou de melhores condições de habitação e muitos desses domicílios não são vendidos e nem alugados.

[...] mais importante é o fato de que a Região Metropolitana – coração pulsante e principal motor da economia do Estado – perdeu população. Não há como deixar de acender o sinal vermelho. O RS, definitivamente, não vai bem. [...] (PAIVA, 2023, documento eletrônico, s/p.).

[...] A queda no número de moradores da região Metropolitana, do principal polo de serviços do RS, é um alerta. A crise das regiões periféricas do RS já chegou ao principal polo urbano do RS. Ou os gestores públicos fazem a rotação de pensamento que os tempos exigem, ou estamos fadados a ingressar numa crise secular. [...] (PAIVA, 2023, documento eletrônico, s/p.).

Durante a entrevista do censo, eu tinha que fazer uma pequena investigação, porque quando a casa era de aluguel, tinha que perguntar se as pessoas tinham se mudado há pouco tempo, para não ter duplicidade, isso demonstra a migração dentro da cidade e, conseqüentemente, dentro do território nacional, mas quando as pessoas tinham falecido, precisava saber quando, pois dependendo da época do falecimento elas entravam nesse Censo.

Quando as casas eram abandonadas, sete casas estavam nessa condição, os familiares ainda não tinham autorização para vender, pois necessitavam dos inventários. Mas os casos mais tristes eram quando toda a família tinha morrido, no caso, duas residências, pais e filhos, e quem dava esta informação eram os vizinhos mais próximos,

que, muitas vezes, não sabiam quando as pessoas tinham falecido. Quando eu conseguia, fazia um breve relatório do setor e, nesse bairro, como é mais próximo da avenida principal da cidade, com mais comodidades, existe uma população de idosos maior e, nesses últimos três anos, ocorreram muitos falecimentos, por isso é que tantas residências estavam vagas. Uma das minhas constatações mais tristes, pois quando eu estava retornando desse local, indo para casa, eu tentei fazer a conta, estimando que, em cada casa, se havia pelo menos duas pessoas, e multiplicarmos por 40 casas, cerca de 80 pessoas teriam falecido no bairro, nesses últimos anos. São muitas pessoas, indicando que o descaso com a saúde pública foi muito grande e a demora da vacinação pode ter matado muita gente que poderia viver muito ainda.

#### **5.4.3 Luto - Quem fica é quem mais sofre**

Numa destas casas, uma senhora que me atendeu tinha perdido onze pessoas da sua família, entre elas um filho, o marido e o casal de sogros que moravam com ela no terreno da família, e os demais parentes como os pais, tios e irmãos moravam em outra localidade. Eu não quis me aprofundar demais perguntando do que eles tinham morrido, mas quando eu vi os olhos dela marejados de lágrimas, eu percebi que esta pessoa precisava ser abraçada e acolhida e, durante algum tempo, conversamos e tentei, de todas as formas, acalentá-la. Mas o que dizer a uma pessoa que perdeu tanto? É impossível ser insensível e não dar um pouco de atenção a uma pessoa que está tão fragilizada por uma perda tão grande. E não ficar preocupada com o futuro dela sem ter os familiares para apoiá-la quando ela ficar mais velhinha.

Percebi que a maioria das pessoas, que eu entrevistei, não tinham perdido pessoas que moravam com elas na mesma casa, mas, sem eu precisar perguntar, elas sempre relataram que tinham perdido um parente, um conhecido, um amigo que morava em outra localidade ou no bairro. Então, percebi que numa população de mais ou menos 1200 pessoas entrevistadas só por mim, pelo menos metade destas perderam um familiar.

Meu Deus! Nunca é fácil tentar me distanciar das experiências vividas e tentar ver de outro ângulo, analisar, e ver algum sentido, isso foi como investigar cada caso, entrar na intimidade das pessoas e tentar, de alguma maneira, não interferir, não relembrar a dor sofrida destas pessoas, mas é impossível não ter compaixão, empatia e não querer levar pra casa, cada pessoa que chorei junto. E não ficar preocupada com o meu futuro e destas pessoas, eu não sei o que pode ser feito, mas alguma coisa tem que ser feita, nem que seja na igreja, nas associações de bairro, no posto de saúde, para que estas pessoas solitárias tenham um pouco de qualidade de vida e assistência em suas velhice .

#### **5.4.4 Luto - Os órfãos da pandemia**

Numa manhã, fui recebida por uma moça que vinha acompanhada por um bebê de sete meses, uma menininha com oito anos, e percebi que ficou dentro de casa um menino de cinco anos mais ou menos, pulando na janela. Após fazer todas as perguntas da pesquisa, chegamos à última pergunta que seria sobre o falecimento das pessoas moradoras da residência e ela me respondeu que o marido de 34 anos tinha morrido de Covid-19, há pouco mais de um ano, e que ela estava grávida na época, quando tudo aconteceu. Ela disse que tinha ocorrido tudo muito rápido, a descoberta da gravidez, a morte

do marido e o nascimento do filho. Era nítido perceber que ela ainda não estava em seu estado normal, parecia perdida, pois, quando eu perguntei sobre as datas de nascimento das crianças, ela se confundiu um pouco e precisou até pegar os registros de nascimento. A casa onde ela morava estava passando por uma pequena reforma e, em dado momento, o empreiteiro, que era um vizinho, percebi isso, pois ele passava de um terreno ao lado para outro por uma passagem, ele perguntou onde estava uma determinada ferramenta, e ela disse que não sabia, pois era o marido que lidava com estas coisas.

Eu entendi que na perda do esposo, ela ainda não tinha conseguido organizar as coisas e seus pensamentos, a ponto de não se lembrar onde tinha colocado a tal ferramenta, pois ele não poderia ter usado, nem arrumado. A menina de 8 anos veio em auxílio da mãe, pois foi ela que lembrou onde tinham colocado a ferramenta. Eu me peguei pensando que a menina de tão pouca idade tinha se tornado o braço direito de sua mãe. E quantas coisas ela tinha que fazer para auxiliá-la, ela foi esperta ao perceber que a mãe estava ocupada e precisava de ajuda, e logo se prontificou a achar a ferramenta.

O setor onde elas moravam foi um dos primeiros em que fiz o recenseamento, em meados de agosto e começo de setembro de 2022. Descobri, mais tarde, que o vizinho era cunhado desta moça (a quem vamos chamar de Marta<sup>3</sup>), e que, do outro lado da rua, morava a mãe do rapaz falecido. Informaram-me que, logo que o rapaz ficou doente, trouxeram ele e a família para a cidade, na esperança de uma melhor recuperação e consequentemente auxiliar a Marta e as crianças nesse processo. Eu não vi outro caso desses acontecer, de apoio à mãe solo pelos familiares do esposo que acolheram a família toda, apesar de todos serem de uma condição social relativamente baixa. Estavam dando apoio aos familiares, e por mais que a Marta estivesse perdida, logo ela iria se restabelecer e encontrar norte, ela não seria uma mãe solo sem apoio familiar.

Num outro momento, passado muito tempo, precisei retornar ao mesmo bairro para finalizar o setor, e tentar pegar as pessoas que estavam pendentes no atendimento do Censo. E, numa manhã de domingo, consegui encontrar a dona Maria em sua residência, pois nossa orientação era a de retornar às casas que não atenderam, e encontrar os moradores. Ela estava acompanhada com a filha da Marta, que eu não reconheci, mas a menina sim me reconheceu. E fui informada pela dona Maria que a neta estava dormindo em sua casa para lhe fazer companhia. Ela me explicou que, provavelmente, eu ainda não havia a encontrado para realizar o Censo, porque ela estava sempre em traslado até a casa da Marta e do outro filho (o cunhado de Marta).

Em conversa informal fiquei sabendo que a moça tinha conseguido emprego e que a avó e a gurizinha estavam cuidando da casa e dos irmãos menores. E, mais uma vez, me peguei pensando na guria, pois a avó já era uma senhorinha de muita idade, com dificuldades em locomoção, com problema nos quadris e joelhos, e imaginei que a guria de oito anos é que estava dando conta de cuidar dos irmãos, principalmente do bebê que estava na fase de começar a andar. E imaginei como ela tão pequena estava lidando com a falta do pai, da mãe, e como ela poderia ir bem na escola, se tinha tantos afazeres.

Como a escola poderia lidar com as crianças que perderam algum familiar, principalmente os pais que são o ponto de apoio um do outro, além de serem os provedores. Como a escola pode ser preparar para acolher uma criança, como esta pequena que estava

---

<sup>3</sup> Todos os nomes usados neste trabalho de conclusão do curso são fictícios.

tomando para si uma responsabilidade, em que ela não teve escolha, esta família que por mais que tenha sido acolhida, o tio e a tia trabalham e passam a maior parte do tempo fora, assim como a sua mãe. Então, a maior parte do dia, a criança mais velha fica ocupada com os cuidados dos irmãos.

Quando saiu no jornal que as crianças que ficaram órfãos dos pais receberiam uma ajuda do governo, fiquei feliz, mas isso ainda não me tranquilizou, pois sei que essa ajuda não seria suficiente para que a mãe pudesse ficar em casa. E devido à demora e “n” situações, nem sempre o recurso chega a quem de fato necessita. E, mais uma vez, a desinformação vai prevalecer, e a demora em socorrer as famílias talvez impeça o atendimento a essas crianças. O governo tem que se responsabilizar pelas vidas perdidas de pessoas que eram arrimo de família, como pais, mães, avós, filhos, pois foi responsável pela demora em vacinar a população, com descaso com a saúde, em ter repassado ajuda aos hospitais tardiamente, e não ter feito uma campanha de conscientização e, pior, por ter contribuído para a disseminação de informações falsas sobre a covid-19.

O governo foi falho e continua sendo, teremos uma geração inteira de filhos órfãos e idosos sem ter familiares para socorrê-los. E eu não estou pensando só no presente, mas daqui a alguns anos, o futuro nunca me pareceu tão assustador e tão urgente. Uma coisa que poderia ajudar, seria fazer destas famílias prioridade em creches, escolas de turno integral, para as crianças de todas as idades, até mesmo adolescentes, que não merecem estar sozinhos sem ter uma atividade no decorrer do dia. Também seria importante aumentar as vagas de emprego, tanto em órgãos públicos ou terceirizados.

Acredito que essas pessoas tenham direito à ajuda pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com a garantia de cestas básicas mensalmente, preferência para atendimento em Unidades Básicas de Saúde com o médico da família e, mais importante, com a fiscalização do Conselho Tutelar para que as crianças não estejam sendo abusadas no trabalho infantil doméstico.

O responsável, como a mãe ou parente mais próximo, que cuida dessas crianças poderia ter horários flexíveis de trabalho, ou trabalho híbrido, para as pessoas cuidarem de suas famílias. Acho que o trabalho no formato *home office* poderia ajudar desde que sejam colocadas metas viáveis e não escravize as pessoas com 18 horas de trabalho, só porque elas não estão pegando ônibus para se deslocar. Seria importante ter horários flexíveis, para poder dar conta dos afazeres domésticos, pois, nem todos podem ter uma pessoa ajudante em casa. Aqui, é importante considerar a proposta de Paulo Freire (2016) de imaginar e de lutar pelos “inéditos viáveis” que possam mitigar o sofrimento da população.

O que não podemos como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de que, a favor de quem, contra quem virá, sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o “inédito viável” demanda e nós a luta por ele. [...] (FREIRE, 2016, p. 136).

A escola deveria fazer um mapeamento de cada estudante, saber qual a sua realidade, onde mora, com quem mora, de onde vem a renda familiar, qual o tempo que esta criança tem para se dedicar aos estudos, se tem um responsável supervisionando suas atividades em casa.

## 6 ANÁLISES

Cada relato produzido demandou uma força muito grande para não sair correndo e desistir da escrita. Relembrar algumas situações mexeu demais comigo. Houve casos em que revivi a raiva, como nos casos de risco, como quando os cachorros eram mantidos soltos junto ao portão, nas ameaças veladas, nas manifestações de indiferença, impaciência e raiva dos entrevistados, nas humilhações e também quando me deparava com pessoas adoecidas, incapazes de compreender quem eu era e o que estava fazendo. Ao escrever eu vivi novamente as emoções negativas.

Houve casos de recenseadores que foram agredidos, empurrados, atropelados, assim, ao escrever, também fui identificando as situações em que corri o risco de ser mordida, de ser arrastada pra dentro de uma casa e ser violentada, ou ser morta pela falta de paciência da pessoa que não estava disposta a me receber. Enfim, foram inúmeras as situações que evidenciavam a falta de segurança para fazer um trabalho totalmente sozinha, na maioria do tempo, mesmo depois que escurecia. Um trabalho mal remunerado, sem nenhum tipo de direito trabalhista para mim ou para minha família por ser um contrato temporário, precário. Se algo acontecesse comigo não haveria qualquer amparo. Por isso, ao escrever, a raiva cresce e sobe por todo meu corpo dando vontade de fugir e nunca mais ter que pensar nisso.

Desde 2015, vem se intensificando a precarização no mercado de trabalho, que é o processo de redução ou eliminação de direitos e garantias trabalhistas, um conjunto de fatores como a crise econômica, a aprovação da reforma trabalhista e a desregulamentação do mercado de trabalho vem acentuando tais mudanças, as centrais sindicais tem uma crítica comum à reforma trabalhista, elas consideraram que a reforma é um “[...] retrocesso da proteção social ao trabalho aos primórdios do processo de industrialização no país.” (Galvão et al. 2019, p. 259). Assim, embora o trabalho como recenseadora seja um trabalho temporário, a precariedade das condições de sua realização é semelhante a de outros trabalhadores terceirizados ou que trabalham com contratos temporários, como a maioria dos professores da Educação Básica em estados e municípios que não realizam concursos públicos para contratação efetiva do número necessário de professores e de outros servidores.

A Reforma Trabalhista de 2017 retirou e desregulamentou direitos que estavam garantidos pela legislação anterior (Galvão et al., 2019).

[...] todas as alterações beneficiam apenas os empresários. Para seu presidente, Vagner Freitas, não se tratava de “uma “modernização” das relações laborais, mas sim [de] uma legitimação da precarização do trabalho no país [...que também] visa a atacar o sindicalismo, por meio do esvaziamento das prerrogativas sindicais (Galvão et al., 2019, p. 259).

A reforma flexibilizou as regras trabalhistas e abriu caminho para a precarização. A reforma permitiu, por exemplo, a contratação de colaboradores por meio de contratos temporários ou terceirizados que passou a ser irrestrita, principalmente em órgãos públicos, sem garantir os mesmos direitos que os trabalhadores com carteira assinada. Assim, não somos mais chamados de trabalhadores dentro de uma empresa, mas pessoas que

colaboram para o crescimento de uma empresa, que não dá garantia de trabalho com contrato efetivo. Além disso, a reforma possibilitou o aumento da jornada de trabalho, a redução dos salários, a ausência de proteção social, como o seguro-desemprego e o auxílio-doença, desobrigação de plano de saúde, assim como falta de segurança e saúde no trabalho. Segundo os autores, “[...] essas novas regras e lógicas de contratação diminuem a separação entre o tempo do trabalho e do não trabalho, dado que as mulheres e os homens serão exigidos em tempo integral. [...]” (Galvão et al. 2019, p. 263).

[...] As mulheres estão entre as mais afetadas por essas regras, pois como ainda cabe a elas a responsabilidade pelos cuidados familiares, elas terão mais dificuldade em se ajustar ao aumento do poder da empresa para manejar o tempo de trabalho de acordo com a dinâmica do negócio.[...] (p. 263) [...] a livre negociação, abriu espaço para pressões patronais sobre as trabalhadoras, que são coagidas a se submeter para preservar seu emprego [...] (Galvão et al., 2019,p. 266).

Pensando como mulher que tem tantas demandas, é possível imaginar porque tantas mulheres vêm sofrendo de depressão, crises de ansiedade, insônia, mau humor, cansaço extremo, estamos ficando cada vez mais doentes e com doenças graves, principalmente as doenças mentais que são de difícil resolução. Temos que manter a casa em ordem em todos os sentidos, financeiramente, emocionalmente, ter todo um trabalho mental que é invisível, que as pessoas em volta não vêem, mas que é de suma importância para organização do dia a dia da residência, além da culpa por estar acompanhando menos o crescimento e o desenvolvimento escolar das crianças que, na maioria da vezes, são de responsabilidade só das mães. Galvão et al. (2019) indicam que a reforma trabalhista afeta a todos os trabalhadores, até mesmo os sindicalizados, portanto, a contratação para a realização do Censo de 2022, também foi afetada por essa perda recente de direitos trabalhistas.

[...] não são apenas os setores tipicamente vulneráveis que são afetados por ela: os setores tipicamente formais e sindicalizados são igualmente atingidos, uma vez que os empregadores passam a ter diante de si um amplo cardápio de formas legalizadas de contratação que rebaixam direitos.[...] (Galvão et al., 2019, p. 257).

A sociedade toda perde com a reforma trabalhista imposta por governos anteriores. O governo foi perverso com sua população, e a desigualdade social tornou-se um abismo que parece intransponível, levando gerações para que as pessoas melhorem suas condições de vida. E é importante considerar que a implementação da reforma interessa aos empregadores, mas para os trabalhadores é importante que exista um conjunto de direitos que seja inegociável.

A reforma Trabalhista deixou a população ainda mais desprotegida para enfrentar as consequências da pandemia de Covid-19 e outros desastres causados pelo nosso sistema de produção predatório, como os eventos extremos causados pela crise climática. É chuva, alagamento, vendaval, mas também eventos políticos, golpe, é político mal intencionado; e problemas socioeconômicos que aumentam o número de delinquentes, portanto, parece haver mais ladrões na rua, no banco, na internet, que levam tudo o que uma pessoa lutou a vida inteira para conseguir. Ainda tem uma lei que te tira os sonhos, direitos, o sono, o salário cada vez menor, menos horas de descanso e de vida. Nesse contexto, os gerentes que parecem pensar que são donos das empresas, ao submeterem outros trabalhadores a condições de trabalho aviltantes, esquecem que também podem ir pra rua, como todos os demais trabalhadores. Me admira que o povo esteja tão calmo em relação a isso, e que não saiu quebrando tudo ainda. Há de se estudar porque as pessoas estão tão desacreditadas, aceitando tudo sem reclamar.

[...] Embora a precariedade não seja exatamente uma novidade no mercado de trabalho brasileiro, dada a histórica informalidade e a ausência de proteção legal que o caracterizam, a proliferação de contratos atípicos amplia a vulnerabilidade dos trabalhadores e dificulta a ação sindical, já que esses trabalhadores são dificilmente representados pelos sindicatos. [...] (Galvão et al., 2019, p 255).

Diante dessa situação de perda de direitos, vemos cada vez mais a necessidade de a população trabalhadora ter acesso a uma Educação orientada pelos princípios da Educação Popular. Segundo Paulo Freire (2016, p. 137) “[...] o sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, é sempre dever [...]. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz. [...]”. Para o autor é importante que a Educação Popular possibilite a compreensão de que a emancipação depende de nossa capacidade de:

[...] nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade. O sonho se faz uma necessidade uma precisão (FREIRE, 2016, p. 138).

E, segundo o autor, a emancipação acontece pelo engajamento na luta política de forma coletiva, um caminho, portanto, que ainda precisa ser trilhado. Essas reflexões sobre a experiência, orientadas pela bibliografia, contribuem para atribuir novos significados para o vivido. Agora, olhando com distanciamento para a experiência vivida, eu noto que a escrita está contribuindo para uma espécie de cura, eu noto que venho sarando, mas, não consigo ainda ficar perto das pessoas, não consigo estar em filas de mercado, ou passar em frente de casas que tem cachorro. O coração fica saltando nessas situações. Ao escrever, a emoção me invade, fico procurando palavras para descrever a raiva, o ódio que sinto do ser humano sem compaixão, sem sensibilidade, com a arrogância de quem se sente superior.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Este texto foi escrito em julho de 2023 e, naquela ocasião, depois de escrever por duas horas, mesmo sabendo que poderia fazer mais, para minha saúde mental, eu precisei parar.

Entretanto, eu tenho que registrar que essas pessoas desagradáveis e ameaçadoras correspondiam à minoria da população, felizmente, a maioria das pessoas me receberam muito bem, principalmente quando viam o que o vizinho tinha feito ou se davam conta do que ele podia fazer, quando testemunharam as ameaças. Eu bebi tanta água com açúcar, tanto refrigerante, tanta água de poço em um esforço de vizinhos contribuírem para eu me acalmar depois de uma situação muito estressante. Nesses momentos, me ofereciam o melhor que dispunham, por exemplo, as pessoas diziam: “Olha aqui tem poço”, pois me ofereciam a água que julgavam de qualidade melhor porque pretendiam me acalmar. Eu conversei com tanta gente boa, que eu gostaria que fossem minhas vizinhas de porta, que fossem minhas amigas. Nesse sentido, a experiência de trabalhar na rua foi boa, eu recebi pão, bolachas caseiras, tive acesso a relações solidárias que meus supervisores, que permaneciam no escritório, nunca receberam. Eles somente iam a campo em momentos de crise, em lugares de crise.

Contudo, trabalhar na rua e interagir com um grande número de pessoas em suas casas é muito desgastante, principalmente porque era necessário cumprir as metas para poder receber a remuneração. Isso me forçava a trabalhar até a noite, mesmo quando já estava exausta ou traumatizada. Teve momentos que eu precisei de descanso, precisava de um tempo antes de pegar um outro setor. Percebi que reclamar não adiantava, precisava ter paciência, entender que tudo fazia parte do trabalho, mas eu acho que tínhamos que ter um apoio psicológico no IBGE.

Muitas vezes pensei em desistir, mas cada vez que perguntava aos meus supervisores quantos recenseadores éramos, quantos territórios já havíamos finalizado, tinha como resposta, que não tínhamos feito nem 70% do território da cidade. Essa era a situação em dezembro de 2022. Por isso, eu continuei porque também não queria deixar os demais recenseadores da minha jurisdição ainda mais sobrecarregados.

A reflexão sobre as experiências vividas como recenseadora são relevantes para a minha formação em curso de licenciatura e para o trabalho que é realizado nas escolas. As escolas poderiam contribuir explicando para os estudantes de todos os níveis e também para as suas famílias, os objetivos do Censo, antes de ele iniciar, considerando que existem escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental em todos os Bairros, sendo portanto, uma presença capilarizada do Estado. Seria importante que ocorressem diálogos sobre a importância da coleta de dados sobre a população para o planejamento de políticas públicas, como o bolsa família, por exemplo.

Outra dimensão desta pesquisa associada ao trabalho escolar, são as informações sobre a população, sobre a realidade dos estudantes, crianças, jovens e adultos, que precisam ser consideradas para o planejamento das atividades escolares e para o acolhimento de todos. Muitas crianças vivem em situações de conflito e de miséria extrema (a família toda), assim, as professoras, com pouca estrutura de apoio, recebem essas crianças sem ou com pouco apoio da família, ou do Estado, e, por isso, também precisam de acolhimento.

Há crianças que precisam ajudar em casa, cuidar de irmãos menores e, em muitos casos, vivem uma condição caracterizada como de escravidão, perdem seus tempos de brincar, de ser criança, de ter um tempo pra elas. Vivem situações muito precárias sem qualquer possibilidade de escolha, não pediram por nada disso, não pediram irmãos, não

escolheram viver na pobreza, ter pais ocupados com a sobrevivência da família. A situação de miséria em que uma parcela da população vive, não é produzida pelas pessoas intencionalmente, elas não escolhem viver na miséria, elas trabalham, estudam, têm filhos e não contam com todas as condições necessárias para cuidá-los. Não é porque o ser humano precisa trabalhar que o trabalho tem que ser sacrificante, eu entendo que por ser trabalho e que cada trabalho tem suas pedras, seus percalços, mas não precisa ser tão difícil. Entretanto, a perda de direitos torna tudo ainda pior para os que se encontram em situações mais vulnerabilizadas.

É preciso uma rede de proteção às crianças e às suas famílias porque as professoras não podem dar conta de tudo, não podem ser responsabilizadas pelo rendimento escolar, se muitos não têm as mínimas condições em suas casas para estudar. As professoras, que estão na linha de frente da Educação, recentemente, vêm sendo desautorizadas pelas diferentes esferas do poder público, como vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e até um ex-presidente<sup>5</sup>. As professoras, devido aos baixos salários, são obrigadas a jornadas de trabalho exaustivas, às vezes, sem ter orientação e apoio pedagógico para lidar com crianças atípicas, sem poder contar com o acompanhamento de seus responsáveis. Elas também atuam em escolas, muitas vezes, precárias e sem recursos e também elas não contam com apoio psicológico para manter a própria saúde mental diante de tantos desafios.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta monografia buscou relatar vivências e refletir sobre como estamos sendo manipulados pela desinformação, que está nos aparelhos de celular, na palma de nossas mãos e, a partir desta experiência de contato com realidades muito difíceis, pensar alternativas em projetos de pesquisa e de ensino futuros para melhor acolher e ensinar os mais jovens, principalmente para serem mais críticos com o que leem e se submeterem menos à manipulação.

Como recenseadora foi possível ver que, na maioria das casas visitadas, eram as mulheres as provedoras, criando seus filhos praticamente sozinhas, digo isso, pois, poucas vezes se via uma rede de apoio, como pais, avós, tios ou outras pessoas da família. A pergunta era “quantas pessoas moravam na residência”, nesse caso, quase sempre a mulher respondia o correspondente a ela e os filhos somente. E eu percebi que a maioria dessas mulheres eram negras com mais de três filhos, nível de escolarização fundamental, às vezes, incompleto, sem emprego fixo, esta era a minha percepção, do que eu presenciei no trabalho.

Várias vezes, encontramos também o tipo de família agregada com um número expressivo de filhos (os meus, os seus e os nossos), e o que se pode perceber é que os vizinhos, e/ou filhos mais velhos são os mais próximos que uma pessoa vai encontrar como rede de apoio. A mulher sozinha, às vezes, me pareceu ser abandonada por toda a família, seja porque os familiares moram longe, ou morreram, ou ela é filha única. Mesmo as que têm poder aquisitivo melhor não costumam contar com rede de apoio, como creche, babás, ou avós. Muitas trabalham o dia todo, chegam muito tarde e saem muito cedo, não

---

<sup>5</sup> Que esteve no poder entre 2019 e 2022.

acompanham os filhos na escola ou em outras atividades. Muitas crianças não realizam outro tipo de atividade a não ser a escola ou creche. E esta mulher só tem o final de semana para colocar a vida em ordem. Muitas das pessoas entrevistadas, nessa situação, foram mulheres ainda jovens, com, no máximo, dois filhos, que só podiam atender ao Censo, nos finais de semana, não havia outro responsável ou maior de idade que pudesse atender, no horário comercial, durante a semana.

Para a realização do Censo é fundamental o envolvimento de outras instituições, além do IBGE. É necessária a divulgação dos objetivos, das perguntas principais dos questionários pelas mídias, o envolvimento das escolas, divulgando a utilização de informações estatísticas e de indicadores socioeconômicos para a proposição de políticas públicas. Outras instâncias como Unidade Básica de Saúde e órgãos responsáveis pelo cadastramento de beneficiários de políticas de redistribuição de renda como o Programa Bolsa Família, poderiam contribuir na divulgação da importância de responder ao Censo, pois, as pessoas beneficiadas por essas medidas seriam as mais afetadas se uma das políticas públicas deixasse de existir e também podem ser as que mais necessitam ser contempladas por essas políticas.

Os resultados deste estudo apontam também a necessidade de outras políticas públicas e garantias de direitos como:

- reduzir a jornada de trabalho das mães ou intercalar trabalho presencial com trabalho remoto durante a semana, em jornadas híbridas para favorecer o cuidado de crianças e de familiares doentes;
- apoio psicológico para a população de baixa renda, e para profissionais da Educação e da Saúde que são os primeiros agentes de acolhimento do Estado;
- cursos de capacitação sobre Educação e Relações Étnico-raciais e sobre o Censo a todo corpo técnico da escola, das unidades de saúde, de assistência social e da segurança pública;
- escola de tempo integral para todas as idades, mas principalmente para crianças pequenas e em situação de vulnerabilidade social;
- apoio psicológico a jovens e adultos e maior oferta de cursos técnicos profissionalizantes para jovens e adultos.
- Mapeamento da realidade de cada aluno, para que a escola possa personalizar o ensino, oferecer suporte individualizado e ferramentas de superação de dificuldades de aprendizagem, promover a inclusão e a redução da evasão escolar para que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso.

As recomendações que emergiram deste estudo podem ser pensadas pela imaginação de inéditos viáveis, conforme a proposta educativa de nosso patrono, Paulo Freire. São alternativas que poderiam tirar as crianças da convivência das ruas, da *internet*, pelo acesso a uma escola integral de qualidade, com, pelo menos, três refeições completas e saudáveis diariamente, com atividades culturais, artísticas e esportivas, com a valorização da história e das culturas africana, afro-brasileira e indígena. Os estudantes precisam ter

acesso a alternativas, possibilidades de escolha de caminhos para a plena cidadania. A escola poderia mostrar para as crianças e jovens que têm outro mundo que elas não conhecem e também outras possibilidades a serem imaginadas, a educação é a chave para a igualdade de oportunidades.

## 8 REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/issue/view/1300> Acesso em 23 ago 2023.

BELTRÃO, Tatiana. Agência de Notícias do Senado Federal. **Projeto proíbe menor de 18 anos em atividade doméstica em 2013**. Notícias. 24/04/2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/projeto-proibe-menor-de-18-anos-em-atividade-domestica> Acesso em 10 ago. 2023.

BLANCO, Patrícia. A importância da educação no combate à desinformação. **Jornal da Universidade UFRGS**, Porto Alegre, 06 de set. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-importancia-da-educacao-no-combate-a-desinformacao> Acesso em 25 set 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comitê de estatísticas Sociais. Apresentação. Censo Demográfico. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html> Acesso em 21 jun. 2023.

BRASIL. Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho. **Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil**, Notícias 04/01/2016. Disponível em: [https://www.tst.jus.br/web/combatetrabalho infantil/inicio/-/asset\\_publisher/2aO8/content/trabalho-infantil-domestico-e-proibido-mas-ainda-persiste](https://www.tst.jus.br/web/combatetrabalho infantil/inicio/-/asset_publisher/2aO8/content/trabalho-infantil-domestico-e-proibido-mas-ainda-persiste), Acesso em 10 agos. 2023.documento eletrônico, s/p.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF determina que governo realize censo demográfico em 2022**. Notícias. 17/05/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=466012&ori=1> Acesso em 21 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual do Recenseador**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: CD- 1.09.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual de Entrevista**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: CD- 1.04.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social (SECOM). **Censo 2022. É falso que agentes do Censo 2022 estão fiscalizando quem recebe Bolsa Família**, 31 de março de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/3/e-falsa-a-noticia-de-q>

ue-agentes-do-censo-2022-estao-fiscalizando-quem-recebe-bolsa-familia Acesso em 12 de julho de 2023.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Observatório do Desenvolvimento do Nordeste (ODNE) - **Boletim Temático - Ambiental Saneamento 2020**, 18 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/boletim-sudene-saneamento.pdf/view> Acesso em 15 jul 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Reformada decisão que autorizou poço artesiano para consumo humano em área servida por rede pública**, 09/03/2017. Disponível em: [https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-03-09\\_09-23\\_Reformada-decisao-que-autorizou-poco-artesiano-para-consumo-humano-em-area-servida-por-rede-publica.aspx](https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-03-09_09-23_Reformada-decisao-que-autorizou-poco-artesiano-para-consumo-humano-em-area-servida-por-rede-publica.aspx) Acesso em 18 jul. 2023.

BROTERO, Mathias. Matravolgyida, Elizabeth. Recusas ameaçam cronograma do Censo e podem gerar multas, **Canal de notícias da CNN**, São Paulo, 05 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/recusas-ameacam-cronograma-do-censo-e-podem-gerar-multas> Acesso em 24 out. 2023.

BRK, Blog. Lançamento de esgoto sem tratamento nos rios ainda é realidade no Brasil, **Saneamento em pauta por BRK, 3 anos agosto**. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/lancamento-de-esgoto/> Acesso em 16 de jul. 2023.

CABRAL, Huberlandia, Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país, **Agencia IBGE de Notícias, Estatística Social, 23 agosto 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais> Acesso em 16 de jul. de 2023.

Contribuidores da Wikipédia, JORNALISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: **Wikimedia** Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jornalismo&oldid=67008898>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 24 p. 1 a 18.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que pergunta sobre quartos e banheiros no Censo é para orientar divisão de imóveis com sem-teto. **G1**, 24/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/24/e-fake-que-pergunta-sobre-quartos-e-banheiros-no-censo-e-para-orientar-divisao-de-imoveis-com-sem-teto.ghtml> Acesso em 12 jul. 2023.

FAGUNDES, Vanessa Oliveira et al. Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0027>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 [1a Edição de 1992].

GALVÃO, Andréia *et al.* REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GONÇALVES, Ademir José. CENSO 2022: NÃO COMPARTILHE FAKE NEWS. Câmara Municipal de Três Marias - **Portal de Integração e Transparência**, 09 de agosto de 2022. Disponível em: <https://cmtresmarias.mg.gov.br/noticias.aspx?key=eSoplRyeDHFvu+xkBG7IS1jRJyD2hqVeQKt1AeeGscE> Acesso em 12 jul. 2023.

JORNALISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jornalismo&oldid=67113904>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

LEMOS, Mariana. Beneficiários do Bolsa Família precisam se recadastrar a partir de março; veja como fazer. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 de março de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/beneficiarios-do-bolsa-familia-precisam-se-recadastrar-a-partir-de-marco-veja-como-fazer> Acesso em 12 de julho de 2023.

MARIANI, F.; MATTOS, M.; CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p. Revista de Educação Pública, Cuiabá-MT [S. l.], v. 21, n. 47, p. 663-667, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i47.1766. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1766>.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino *et al.* Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.301>. Acesso em: 11 nov. 2023.

OLIVEIRA, Sandra de; FABRIS, Elí Henn. Práticas de iniciação à docência: o diário de campo como instrumento para pensar a formação de professores. **Revista Diálogo Educacional** [ON LINE]. Curitiba, v. 17, n. 52, p. 639-660, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189154955016> Acesso em 22 ago. 2023.

PAIVA, Carlos Águedo. Como vai o Rio Grande Amado? Segundo o Censo, muito mal, obrigado. **RED**, Porto Alegre, 15 jul de 2023. Disponível em: <https://red.org.br/noticia/como-vai-o-rio-grande-amado-segundo-o-censo-muito-mal-obrigado> Acesso em 23 out. 2023.

PRESTES, Maria Elice de Brzezinski; JANCZUR, Christine. **Douglas Allchin lembra que é hora de ensinar humildade em relação à ciência**. Boletim de História e Filosofia da Biologia, 14 (3): set. 2020. Versão online disponível em: <http://abfhib.org/Boletim/Boletim-HFB-14-n3-05.html> Acesso em 04 março 2021.

RESCHKE, Sabrina de Azevedo. **Reflexões sobre o ensino de ciência por investigação: Uma narrativa autobiográfica**. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização Ciência é 10. Orientadora: Instituto de Ciências Básicas da Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021.

SANTOS, Diego Junior da Silva, PALOMARES, Nathália Barbosa, NORMANDO, David, QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>; Acesso em: 14 jul. 2013. [https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3667/1/Artigo\\_RacaVersusEtnia.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3667/1/Artigo_RacaVersusEtnia.pdf)

SANTOS, Wagner. Qual a diferença entre notícia e reportagem? **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 12 de nov 2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/qual-a-diferenca-entre-noticia-e-reportagem/246798/> Acesso em 24 nov. 2023

SILVA, Marcos Antonio Batista. Educação Antirracista no Contexto Político e Acadêmico: Tensões e Deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. 47, e226218, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nhjpTjF8ftjZCYcBBPNqQmQ/?lang=pt> Acesso em 04 out 2023.

VIECELI, Leonardo. IBGE: recenseadores enfrentam fake news, recusas e ameaças durante coleta. **Folhaepress Estado de Minas Nacional**, 11/10/22. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/10/11/interna\\_nacional,1405887/ibge-recenseadores-enfrentam-fake-news-recusas-e-ameacas-durante-coleta.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/10/11/interna_nacional,1405887/ibge-recenseadores-enfrentam-fake-news-recusas-e-ameacas-durante-coleta.shtml) Acesso em 12 jul. 2023.